

SUMÁRIO EXECUTIVO

O relatório anual da Autoridade Tributária de Moçambique-AT, constitui um instrumento de gestão fundamental para a análise e avaliação das actividades realizadas durante o ano por esta Instituição, em obediência às funções definidas no seu Estatuto Orgânico e constantes do Plano de Gestão para 2007.

Pretende-se com este instrumento, que constitui o primeiro relatório da AT, efectuar um balanço global daquelas que constituíram as principais actividades realizadas pelos vários órgãos desta Instituição, no exercício da política fiscal, dentre outras.

O ano de 2007 constituiu para a Autoridade Tributária de Moçambique um marco no início pleno das suas funções, registando neste seu primeiro exercício uma realização de 103 por cento, na cobrança de receitas públicas, que se pode considerar um resultado animador, face a uma meta de crescimento anual das receitas fiscais fixado em 0,5% do PIB.

Este resultado não teria sido alcançado caso não fosse a abnegação demonstrada pelos quadros desta Instituição em todas as áreas, na prossecução dum dos principais objectivos, a cobrança de receitas tributárias, bem como do envolvimento e empenho de toda a máquina fiscal, ao nível central, regional e local.

O ano findo, foi marcado, ainda, pela realização de acções no âmbito de Recursos Humanos, sendo de destacar a preparação de dispositivos legais do processo de enquadramento nas carreiras transitórias, a unificação de instrumentos de gestão das duas carreiras, nomeadamente a tributária e a aduaneira; o início do processo de patenteamento dos funcionários das Alfândegas de Moçambique, bem como do processo de formalização de nomeações para os cargos de Direcção e Chefia; o processo de identificação de factores alternativos de colecta de receitas que deixarão de ser cobradas como consequência do desarmamento tarifário.

Para além dos objectivos supra, o ano de 2007 foi marcado por outras importantes realizações, de entre as quais, a realização do Conselho Superior Tributário, em Maputo e do Conselho de Fiscalidade na cidade da Beira e na Vila de Namaacha, Província de Maputo, eventos estes que permitiram a Autoridade Tributária estabelecer a troca de informações com diversos sectores da Sociedade.

Estas realizações significaram um estímulo para que a Administração Fiscal prossiga com os seus desafios na certeza de estar a enveredar por um bom caminho.

No que respeita a Reforma Tributária, é de referir que a Assembleia da República aprovou vários diplomas legais no âmbito da tributação directa e indirecta, que contribuíram para a simplificação e o aperfeiçoamento do sistema tributário. Também, neste âmbito, foram aprovados pelo Conselho Directivo, os projectos da E-Tributação e da Janela Única Electrónica.

No ano de 2008, que representa para a Autoridade Tributária o seu segundo ano de funcionamento, espera-se prosseguir com as acções implementadas em 2007 e enfrentar maiores desafios, com vista a consolidação da Instituição.

O presente relatório estrutura-se em quatro partes:

- I. A primeira parte, constituída pela introdução, onde se faz uma breve apresentação da instituição e as suas responsabilidades. Faz-se, ainda neste capítulo, alusão aos objectivos traçados pela instituição para o ano de 2007, bem como das acções visando o alcance desses objectivos;
- II. A segunda, que faz referência à análise global da receita cobrada no ano de 2007 pelas Direcções Gerais das áreas operacionais, bem como das acções desenvolvidas no âmbito de organização, fiscalização e recuperação da receita;
- III. A terceira parte que apresenta uma descrição pormenorizada das actividades realizadas ao nível de outros órgãos da Autoridade Tributária;
- IV. A quarta que alude às perspectivas de acções a desenvolver pela Autoridade Tributária no ano de 2008, com vista a prosseguir com os seus objetivos; e
- V. Por último, a parte final constituída pelos anexos.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	Área Operacional	5
2.1	Análise da cobrança da receita no Ano de 2007	5
2.1.1.	Balanço Global da Receita Cobrada	5
2.1.2.	Análise por Grupo de Impostos	7
2.1.2.1.	Impostos Sobre o Rendimento	7
2.1.2.2.	Impostos sobre Bens e Serviços.....	9
2.1.2.3.	Outros Impostos	10
2.1.2.4.	Receitas não Fiscais	11
2.1.2.5.	Receitas Consignadas.....	12
2.1.2.6.	Receitas de Capital.....	13
2.2.	Acções desenvolvidas no âmbito de organização, fiscalização e recuperação da receita	13
2.2.1.	Prevenção e combate a fraude e evasão fiscais.....	13
2.2.1.1.	Trabalhos de auditoria e fiscalização tributária	13
2.2.1.2.	Verificação de Processos de Contabilidade das empresas	15
2.2.1.3.	Impacto das auditorias e verificação de processos de contabilidade das empresas, na recuperação da receita.....	16
2.2.1.3.1.	Impostos cobrados resultantes das auditorias e análise de processos de contabilidade das empresas	16
2.2.1.3.2.	Avaliação da implementação do decreto n.º 36/2000, de 17 de Outubro (mercadorias em circulação).....	16
2.2.1.4.	Cadastro e informação ao contribuinte	17
2.2.2.	Contencioso Fiscal e Aduaneiro	17
2.2.2.1.	Contencioso e Gestão da Dívida Fiscal	17
2.2.2.2.	Contencioso e Gestão da Dívida Aduaneira	19
2.2.3.	Reembolsos	19
2.2.3.1.	Reembolsos de IVA e de IR.....	19
2.2.3.2.	Análise e decisão dos pedidos de reembolso	20
2.2.3.2.1.	Reembolsos do IVA	20
2.2.3.2.2.	Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento (IRPS e IRPC).....	21
3.	Acções desenvolvidas ao nível de outros órgãos da Autoridade Tributária	21
3.1.	Conselho Superior Tributário	22
3.2.	Presidente da Autoridade Tributária	22
3.3.	Conselho Directivo	24
3.4.	Conselho de Fiscalidade	27
3.5.	Área de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional.....	28
3.6.	Área do Controlo Interno	31
3.7.	Área de Serviços Comuns.....	33
3.7.1.	Recursos Humanos e Administração e Finanças	33
3.7.1.1.	Recursos Humanos.....	33
3.7.1.2.	Administração e Finanças	33
3.7.1.2.1.	Execução do Orçamento	35

3.7.1.2.2. Salários e Remunerações	35
3.7.1.2.3. Outras despesas com o pessoal	36
3.7.1.2.4. Bens e Serviços	36
3.7.1.2.5. Despesas de capital	36
3.7.1.2.6. Receitas Consignadas e Próprias	37
3.7.1.2.7. Avaliação global da execução orçamental	37
3.7.1.3. Logística e Infra-Estruturas.....	38
3.7.1.3.1. Inventariação dos bens patrimoniais da AT.....	38
3.7.1.3.2. Provisão de bens e serviços necessários ao funcionamento eficiente da AT	38
3.7.1.3.3. Gestão e utilização racional do património da AT.....	38
3.7.1.3.4. Gestão do Parque imóvel da AT	39
3.7.1.3.5. Meios circulantes	39
3.7.1.4. Tecnologias de Informação.....	40
3.7.1.4.1. Desenvolvimento Profissional dos Técnicos de informática e sua Integração na Área	40
3.7.1.4.2. Funcionamento e disponibilidade dos Sistemas Informáticos	40
3.7.1.4.3. Controlo de Qualidade e desempenho dos Sistemas.....	42
3.7.1.4.4. Acções de Fortalecimento de segurança de Sistemas e Informação.	42
3.7.1.4.5. Desenvolvimento Tecnológico da AT	43
3.8. Área da Comunicação e Imagem	44
3.8.1. Acções no âmbito da Educação Fiscal e Aduaneira	44
3.8.2. Palestra de Educação Fiscal	45
3.8.3. Acções no âmbito da comunicação.....	45
3.8.4. Outras acções relevantes	45
4. Perspectivas para o ano de 2008.	46
5. Apêndices.....	48

1. INTRODUÇÃO

Pela Lei nº 1/2006, de 22 de Março, foi criada a Autoridade Tributária de Moçambique, instituição sob tutela do Ministro das Finanças, que entrou em funcionamento pleno aos 20 de Novembro de 2006.

Integra como órgãos da Autoridade Tributária, o Conselho Superior Tributário; o Conselho de Fiscalidade; o Presidente da Autoridade Tributária; o Conselho Directivo; o Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional; o Gabinete de Controlo Interno; a Direcção Geral das Alfândegas; a Direcção Geral de Impostos; a Direcção Geral dos Serviços Comuns e o Gabinete de Comunicação e Imagem, tendo cada um destes, objectivos distintos e bem definidos.

O presente relatório, que constitui o primeiro da Autoridade Tributária, apresenta, por um lado, o balanço das actividades desenvolvidas no ano 2007, no que respeita à cobrança de receitas e faz uma análise da actuação dos seus órgãos centrais e locais, no exercício das suas atribuições e na implementação das reformas ainda em curso. Por outro lado, apresenta as perspectivas das principais acções a realizar em 2008 pela Autoridade Tributária.

No seu primeiro exercício, a Autoridade Tributária traçou um plano anual de gestão, tendo fixado o desenvolvimento de acções visando: o aumento progressivo das receitas internas; a simplificação e o aperfeiçoamento do sistema tributário; a introdução de medidas tendentes ao alargamento da base tributária; o prosseguimento com a modernização da administração tributária para que seja um sistema eficiente de cobrança de impostos, reduzindo a fraude e evasão fiscais; a implementação efectiva do protocolo comercial da SADC, especialmente a Zona de Livre Comércio; a revisão dos regimes simplificados de tributação e, a avaliação da eficácia dos incentivos fiscais e de promoção de investimentos, que espera dar continuidade no ano de 2008, visando a consolidação da Instituição.

No ano 2007 também se verificou a nomeação de 219 funcionários para cargos de Direcção e Chefia, dos quais: 5 Directores Gerais; 5 Directores-Gerais Adjuntos; 3 Directores Regionais, acumulando a Directora Regional Centro a função de Directora da UGC da Beira; 1 Chefe do Gabinete do PAT; 27 Directores de Serviços Centrais; 9 Directores Regionais Adjuntos, sendo 5 da região sul, 2 da região centro e 2 da região norte¹; 3 Directores Adjuntos de UGCs; 80 Chefes de Divisão; 7 Directores de Serviços Provinciais das Alfândegas; 15 Chefes de Terminais e Fronteiras; 24 Directores de Áreas Fiscais; 27 Recebedores; 7 Assistentes Jurídicos e 6 Chefes de Repartição.

O relatório apresenta quatro títulos. O primeiro inicia com uma abordagem sobre a análise global da receita cobrada no ano de 2007 pelas áreas operacionais; o segundo

¹ Do total dos Directores Regionais Adjuntos, 2 exercem cumulativamente a função de Directores da UGC, 1 Chefe de Fronteira de Ressano Garcia, 1 Chefe de Brigadas Tático-Operacionais, 1 Chefe das Fronteiras, 1 Chefe das Brigadas Moveis, 1 Director de Serviços Provinciais e 1 Chefe de Divisão de Serviços Comuns;

retrata as acções desenvolvidas ao nível de outros órgãos da Autoridade Tributária; o terceiro refere-se às perspectivas para o ano 2008; e, por último, os apêndices.

2. Área Operacional

2.1 Análise da cobrança da receita no Ano de 2007

O Orçamento do Estado para o ano de 2007 fixou como objectivo essencial a implementação da política fiscal e orçamental, com vista a garantir um ambiente propício ao desenvolvimento económico e social sustentável e abrangente, através da promoção da estabilidade macroeconómica e da prossecução do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Neste âmbito, foi definido que o Orçamento do Estado de 2007 devia ser mais eficaz na captação de recursos internos e na gestão eficiente dos mesmos.

A Lei n.º 1/2007, de 03 de Janeiro, fixou o Orçamento de Receita em 32.461,1 milhões de meticais, sendo 30.630,96 milhões de meticais Receita Corrente e 1.830,17 milhões de meticais Receita de Capital. Para responder a evolução das variáveis macroeconómicas e como resultado positivo da execução do Orçamento do Estado fixado, estas metas foram posteriormente ajustadas pela Lei n.º 27/2007, de 27 de Novembro, para 33.261,13 milhões de meticais, sendo 31.400,79 milhões de meticais Receitas Correntes e 1.860,34 milhões de meticais Receitas de Capital, representando um crescimento de 23,1 por cento e de 20,8 por cento, relativamente à meta e cobrança de 2006, respectivamente.

2.1.1. Balanço Global da Receita Cobrada

Em termos globais, a receita total cobrada em 2007 atingiu 34.262,95 milhões de meticais, correspondentes a um grau de realização de 103 por cento e 16,2 por cento do PIB, sendo 32.413,33 milhões de meticais de Receitas Correntes e 1.849,62 milhões de meticais de Receitas de Capital.

Comparando com o ano de 2006, foram cobrados mais 6.468,87 milhões de meticais, que em termos nominais representam um crescimento de 23,3 por cento, como mostra a **tabela 1**.

Tabela 1 – Balanço Global da Receita do Estado (em milhões de meticais)

Descrição	Cobrança 2006	Previsão 2007	Cobrança 2007	Real. (%)	Diferença 07-06	Cresc. (%)	% s/ PIB
TOTAL	27.794,08	33.261,13	34.262,95	103,0	6.468,87	23,3	15,9
Receitas Correntes	26.579,54	31.400,79	32.413,34	103,2	5.833,80	21,9	15,0
Receitas Fiscais	22.142,12	26.532,32	27.764,95	104,6	5.622,83	25,4	12,9
Receitas não Fiscais	2.670,00 ²	2.539,93 ³	2.454,20 ⁴	96,6	-215,81	-8,1	1,1
Receitas Consignadas	1.767,42	2.328,54	2.194,20	94,2	426,78	24,1	1,0
Receitas de Capital	1.214,54	1.860,35	1.849,62	99,4	635,08	52,3	0,9

Fonte: DSACR Inflação média anual 8,16% e PIB a preços correntes de 215.129,49 milhões de mts

² Inclui Receitas Próprias no valor de 1.612,32 milhões de meticais

³ Inclui Receitas Próprias no valor de 995,71 milhões de meticais

⁴ Inclui Receitas Próprias no valor de 1.110,28 milhões de meticais

Concorreram para este nível de realização a contribuição de receitas fiscais com 104,6 por cento.

Dos 32.413,34 milhões de meticais de receitas correntes cobradas em 2007, 19.952,25 milhões de meticais foram cobradas pela Direcção Geral de Impostos (DGI) e 12.461,09 milhões de meticais pela Direcção Geral das Alfândegas (DGA), representando 61,6 por cento e 38,4 por cento, respectivamente.

No que respeita às receitas fiscais, de um objectivo fixado em 26.532,32 milhões de meticais, foram cobrados 27.764,95 milhões de meticais, o que representa 104,6 por cento de realização e cerca de 12,9 por cento em termos do PIB, tendo estas registado um crescimento de 25,4 por cento em termos nominais, comparativamente com o ano de 2006, devido ao crescimento verificado nos Impostos sobre o Rendimento.

Em termos de estrutura fiscal, destaca-se o aumento do peso dos Impostos sobre o Rendimento no total das Receitas Fiscais em 4,7 pp. como resultado da reforma tributária e do crescimento das actividades económicas, combinado com a melhoria da eficiência da máquina fiscal na cobrança de receitas, conforme ilustra a **tabela 2**.

Comparativamente com o ano de 2006, não obstante o peso nos Impostos sobre Bens e serviços e Outros Impostos, ter conhecido um decréscimo de 4,1 pp. e de 0,6 pp., respectivamente, a cobrança de receitas em 2007, neste grupo de impostos, cresceu em termos nominais, em 2.538,90 milhões de meticais e 168,38 milhões de meticais, respectivamente, que representam cerca de 1,2 por cento e 0,07 por cento, em termos do PIB.

Tabela 2 – Estrutura Fiscal (em milhões de meticais)

Descrição	Ano de 2006		Ano de 2007		Diferença 2007-2006	Var. Peso (pp)
	Cobrança	Peso %	Cobrança	Peso %		
Receitas Fiscais	22.142,12	100	27.764,95	100	5.622,83	
Imp. s/ o Rendimento	6.351,40	28,7	9.266,95	33,4	2.915,55	4,7
Imp. s/ Bens e Serviços	14.490,13	65,4	17.029,03	61,3	2.538,90	-4,1
Outros Impostos	1.300,59	5,9	1.468,97	5,3	168,38	-0,6

Fonte: DSACR

Contribuiu igualmente para este resultado, o registo de um universo de 190.019 contribuintes, contra uma previsão de 150.000, o que significa uma realização em mais de 100% de contribuintes registados ao nível de todo o país, dos quais 186.368 foram registados em nome de pessoas singulares e 3.651 em nome colectivo.

As Receitas não Fiscais e as Receitas Consignadas cujas cobranças no ano em análise foram de 2.454,20 milhões de meticais e 2.194,20 milhões de meticais, respectivamente, representam cerca de 1,1 por cento e 1,0 por cento do PIB.

No que concerne às Receitas de Capital, de um objectivo fixado em 1.860,35 milhões de meticais, foram cobrados 1.849,62 milhões de meticais, o que representa 99,4 por cento de realização e cerca de 0,9 por cento do PIB, cujo desempenho ficou a dever-se à:

- Receitas provenientes do contrato de concessões;
- Transferência das receitas da alienação do património do Estado; e
- Resultados positivos verificados em algumas empresas participadas pelo Estado, a título de transferência de dividendos.

2.1.2. Análise por Grupo de Impostos

2.1.2.1. Impostos Sobre o Rendimento

De um objectivo fixado em 7.555,44 milhões de meticais de Impostos sobre o Rendimento, foram cobrados 9.266,95 milhões de meticais, o que representa um grau de realização de 122,7 por cento e cerca de 4,3 por cento do PIB. Relativamente ao ano de 2006, foram cobrados mais 2.915,55 milhões de meticais, representando um crescimento nominal de 45,9 por cento.

Relativamente ao IRPC, no ano em análise, foram cobrados 4.364,84 milhões de meticais, derivados dos pagamentos por conta, das retenções na fonte e dos pagamentos a final referentes aos rendimentos sujeitos a esta forma de pagamento, tendo sido realizados 133,9 por cento do objectivo fixado em 3.259,01 milhões de meticais. Esta cobrança representa 2,0 por cento do PIB e, comparativamente com o ano de 2006, foram cobrados mais 1.829,32 milhões de meticais, correspondentes a um crescimento de 72,1 por cento em termos nominais, como se pode ver na **tabela 3**.

Tabela 3 – Impostos sobre o Rendimento

(em milhões de meticais)

Descrição	Cobr. 2006	Prev. 2007	Cobr. 2007	Real. %	Diferença 07-06	Cresc. Nominal	% s/ PIB
IMPOSTOS S/ O RENDIMENTO	6.351,40	7.555,44	9.266,95	122,7	2.915,55	45,9%	4,3
Imp. Sobre o Rend. Pes. Colectivas	2.535,52	3.259,01	4.364,84	133,9	1.829,32	72,1%	2,0
Imp. Sobre o Rend. Pes. Singulares	3.784,36	4.249,94	4.854,55	114,2	1.070,19	28,3%	2,3
Imp. s/Rend. Pes. Sing. – 2ª Categ.	300,21	327,48	418,02	127,6	117,81	39,2%	0,2
Outras categorias	3.484,15	3.922,46	4.436,52	113,1	952,37	27,3%	2,1
Imposto Especial Sobre o Jogo	31,52	46,49	47,56	102,3	16,04	50,9%	0,0

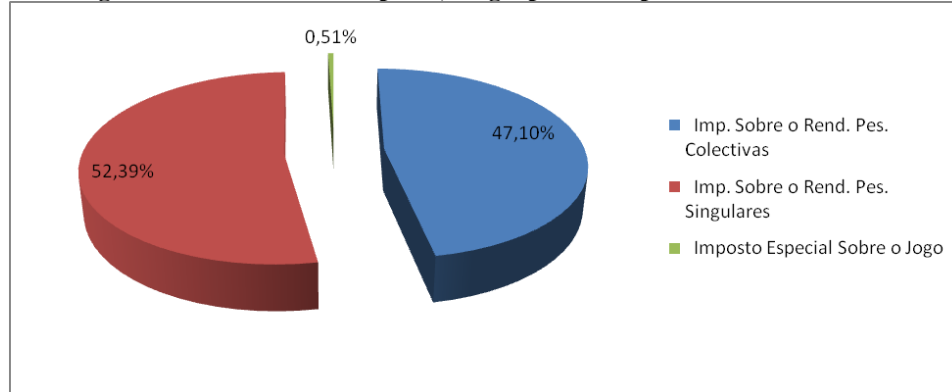
Fonte: DSACR

De acordo com os lucros das empresas apurados em 2007, a cobrança potencial do IRPC seria de 9.643,27 milhões de meticais. Todavia, esta foi negativamente influenciada pelos incentivos fiscais concedidos aos projectos de investimento, com particular destaque para os mega-projectos localizados na zona franca. Em termos de despesa fiscal, foi apurado de matéria colectável o montante de 17.633,62 milhões de meticais, correspondente ao imposto no valor de 5.278,43 milhões de meticais.

Quanto ao IRPS, da meta fixada em 4.249,94 milhões de meticais, foram cobrados 4.854,55 milhões de meticais, o que representa um grau de realização de 114,2 por cento e de cerca de 2,3 por cento do PIB. Comparativamente com o ano de 2006, foram cobrados mais 1.070,19 milhões de meticais, correspondentes a um crescimento nominal de 28,3 por cento.

Do **gráfico da figura 1** abaixo, verifica-se que o IRPS representa cerca de 52,4 por cento do total dos Impostos sobre o Rendimento, seguido do IRPC com 47,1 por cento, e, finalmente, o Imposto Especial Sobre o Jogo, com 0,5 por cento.

Figura 1 – Peso de cada imposto, no grupo dos Imposto. s/ o Rendimento



Para o Imposto Especial sobre o Jogo, foi fixado um objectivo de 46,49 milhões de meticais, tendo sido cobrados 47,56 milhões de meticais, o que representa um sobre cumprimento de 2,3 por cento.

Este bom desempenho registado em Impostos Sobre o Rendimento, se deve ao desenvolvimento das acções a seguir mencionadas:

- Trabalhos de sensibilização e esclarecimento aos contribuintes sobre as obrigações fiscais;
- Tratamento atempado das Declarações de Rendimento em sede de IRPS (M/10) pelas DAF's e UGC's
- Campanha de digitação das declarações M/10 para obviar o constrangimento da falta de equipamento informático e respectiva notificação para o pagamento dos montantes devidos;
- Maior controlo dos prazos do gozo dos benefícios fiscais;
- Trabalhos de verificação e correcção da declaração M/20 – Declaração de informação Contabilística e Fiscal e M/22 – Declaração anual de Rendimentos de IRPC de 2006 e de anos anteriores;
- Trabalhos de fiscalização e auditoria incluindo auditorias aos projectos de grande dimensão;
- Controlo da entrega das prestações do pagamento especial por conta e pagamento por conta, em sede do IRPC;
- Articulação com o Banco de Moçambique no controlo da entrega do imposto devido sobre os pagamentos a não residentes;
- Aumento do número de clientes de casinos devido à construção de novas instalações para um dos casinos, com melhores condições de localização, espaço e condições de diversidade de jogos; e
- Trabalho de sensibilização interna em relação as obrigações e deveres dos funcionários no cumprimento das tarefas.

2.1.2.2. Impostos sobre Bens e Serviços

Do objectivo fixado em 17.221,89 milhões de meticaís para os Impostos sobre Bens e Serviços em 2007, foram cobrados 17.029,03 milhões de meticaís, o que representa um grau de realização de 98,9 por cento e cerca de 8,0 por cento do PIB. Comparativamente ao ano de 2006, registou-se um crescimento em termos nominais de 17,5 por cento, como ilustra a **tabela 4**.

Tabela 4 – Impostos sobre Bens e Serviços (em milhões de meticaís)

Descrição	Cobrança 2006	Previsão 2007	Cobrança 2007	Real. (%)	% s/ PIB	Diferença 07-06	Cresc (%)
IMP. S/ BENS E SERV.	14.490,12	17.221,89	17.029,03	98,9	7,9	2.538,90	17,5
Imp. s/ Valor Acrescent.	9.385,02	11.073,28	11.217,43	101,3	5,2	1.832,40	19,5
IVA operações internas	3.697,59	4.482,65	4.614,78	102,9	2,1	917,20	24,8
IVA na importação	5.687,44	6.590,63	6.602,64	100,2	3,0	915,20	16,1
I.C.E – Produção. Nac	1.122,23	1.349,85	1.310,67	97,1	0,6	188,44	16,8
Cerveja	851,29	993,48	1.055,90	106,3	0,5	204,61	24,0
Tabaco	269,02	328,71	235,94	71,8	0,1	-33,08	-12,3
Outros Produtos	1,91	27,67	18,83	68,0	0,0	16,91	884,2
ICE – Prod. Importados	696,43	856,09	719,32	84,0	0,3	22,89	3,3
Imp. s/ Comércio Ext.	3.286,44	3.942,67	3.781,61	95,9	1,8	495,16	15,1

Fonte: DSACR

A realização dos Impostos sobre Bens e Serviços foi influenciada mais pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas operações internas e na importação) e pelo Imposto sobre Consumos Específicos-Produção Nacional (cerveja), que alcançaram um crescimento em termos nominais de 19,5 por cento e 24,0 por cento, respectivamente.

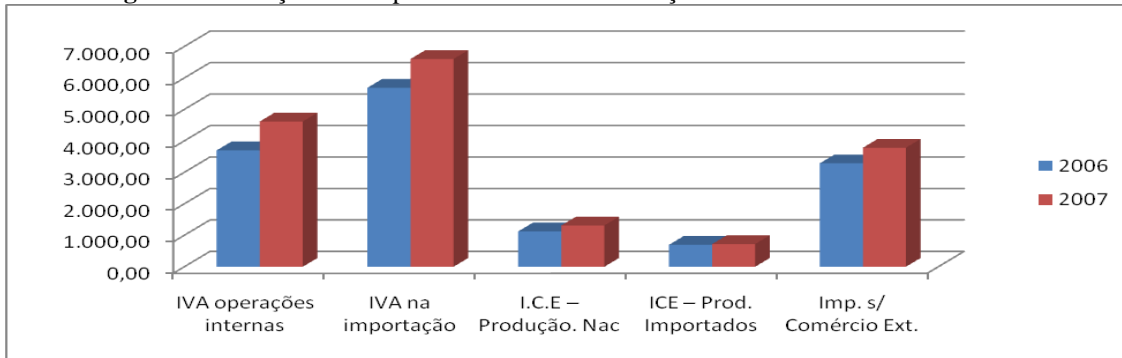
Da meta fixada em 11.073,28 milhões de meticaís para o IVA em 2007, foram cobrados 11.217,43 milhões de meticaís, o que representa 101,3 por cento de realização. Comparativamente ao ano de 2006, houve um crescimento em termos nominais de 19,5 por cento.

Apesar da proliferação do mercado informal, da crescente manobra de vendas sem emissão das respectivas facturas por grande parte dos contribuintes e do reporte de créditos sistemáticos por parte de algumas empresas, foram factores favoráveis ao alcance deste resultado:

- A sensibilização, divulgação e esclarecimento, através de encontros individuais, seminários entre a DGI e os contribuintes sobre os seus direitos e obrigações;
- A correcção de créditos sistemáticos, através de trabalhos de verificação da origem do crédito e respectiva notificação para o pagamento de imposto quando se mostre devido; e
- O controlo dos sujeitos passivos faltosos.

Não obstante este grupo de impostos não ter atingido o respectivo programa fixado para 2007, o **gráfico da figura 2** mostra que, em geral, todos os seus componentes registaram um aumento da cobrança em 2007, comparativamente a 2006.

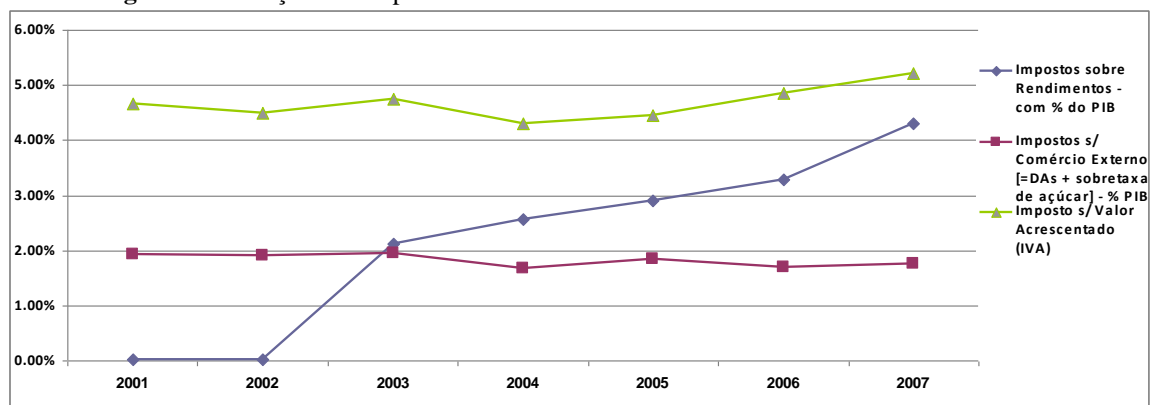
Figura 2: Evolução dos Impostos sobre Bens e Serviços



Relativamente aos Direitos Aduaneiros, do objectivo fixado em 3.942,7 milhões de meticais, foram arrecadados durante o ano de 2007, 3.781,61 milhões de meticais, correspondentes a uma realização de 95,9% e cerca de 1,8% do PIB. Não obstante este incumprimento, comparativamente ao ano de 2006 registou-se um crescimento nominal de 15,1%.

Como se pode constatar através do **gráfico da figura 3**, os Direitos Aduaneiros demonstram uma tendência decrescente em relação ao PIB, facto que pode ser justificado pelo desarmamento tarifário iniciado em 1999, com a redução da taxa geral de 35% para 30%, ao mesmo tempo que se inicia com a introdução do IVA no âmbito da reforma da tributação indirecta, e em 2008 com a redução da taxa para a taxa zero. Por outro lado, para compensar esta redução, verifica-se um aumento gradual nos Impostos sobre o Rendimento em termos do PIB, como resultado da reforma tributária na tributação directa dos rendimentos.

Figura 3: Evolução dos Impostos sobre o Rendimento e dos Direitos Aduaneiros em % do PIB



2.1.2.3. Outros Impostos

Para este grupo de impostos, foi estabelecida uma meta de 1.754,99 milhões de meticais, tendo sido cobrado o montante de 1.468,97 milhões de meticais, que representa um grau de realização de 83,7 por cento e cerca de 0,7 por cento do PIB. Comparativamente a 2006, cobrou-se mais 168,38 milhões de meticais, o que significa um crescimento de 12,9 por cento em termos nominais, como ilustra a **tabela 5**.

Tabela 5 – Outros Impostos

(em milhões de meticaís)

Descrição	Cobrança 2006	Previsão 2007	Cobrança 2007	Real. (%)	Diferença 07-06	Cresc. (%)	% s/ PIB
OUTROS IMPOSTOS	1.300,59	1.754,99	1.468,97	83,7	168,38	12,9	0,7
Imposto de Selo	214,21	364,79	322,08	88,3	107,87	50,4	0,1
Imposto Sobre Veículos	39,71	39,94	42,02	105,2	2,31	5,8	0,0
Imp. Reconst. Nacional	6,24	10,18	6,58	64,6	0,34	5,5	0,0
Taxa s/ os Combustíveis	563,19	877,95	713,28	81,2	150,09	26,7	0,3
Royalties e Imp s/ Superf	38,23	84,65	171,54	202,7	133,31	348,8	0,0
Diversos	439,01	377,58	213,47	62,1	-225,54	-51,4	0,1

Fonte: DSACR

Nesta componente, à excepção do Imposto sobre Veículos e Royalties e Imposto Sobre Superfície, que superam as metas programadas, o Imposto de Selo, o Imposto de Reconstrução Nacional, a Taxa Sobre os Combustíveis e outros, apresentaram níveis de realização abaixo do programado.

No Imposto do Selo foram arrecadados 322,08 milhões de meticaís, correspondentes a 83,7 por cento do objectivo fixado em 364,78 milhões de meticaís, contra os 214,21 milhões de meticaís cobrados em 2006. Não obstante este incumprimento, houve um crescimento na cobrança relativamente a 2006, na ordem de 50,4 por cento.

Quanto ao Imposto sobre Veículos, foram cobrados 42,02 milhões de meticaís, contra os 39,94 milhões de meticaís programados, que representam um grau de realização de 105,2 por cento. Comparativamente a 2006, cobrou-se mais 2,31 milhões de meticaís, o que significa um aumento em termos nominais de 5,8 por cento, resultante do aumento do parque automóvel um pouco por todo o país. Aponta-se outrossim como razão do desempenho neste imposto, a contínua coordenação entre a Administração Tributária e o Ministério do Interior no controlo das obrigações fiscais.

Para a Taxa sobre os Combustíveis, na componente não consignada⁵, foi fixada para 2007 a meta de 877,95 milhões de meticaís, tendo sido cobrados 713,28 milhões de meticaís, o que corresponde a uma realização de 81,2 por cento. Comparativamente a 2006, foram arrecadados mais 150,09 milhões de meticaís, o que representa um crescimento nominal de 26,7 por cento.

2.1.2.4. Receitas não Fiscais

No que concerne às Receitas não Fiscais, de um objectivo fixado em 2.539,93⁶ milhões de meticaís, foram cobrados 2.454,20 milhões de meticaís, o que corresponde a uma realização de 96,6 por cento e cerca de 1,1 por cento do PIB. Comparativamente ao ano de 2006, foram cobrados menos 215,81 milhões de meticaís, representando um decréscimo de 8,1 por cento, como ilustra a **tabela 6**.

⁵ O remanescente encontra-se nas outras receitas consignadas.

⁶ Inclui o montante de Receitas Próprias.

Tabela 6 – Receitas não Fiscais

(em milhões de meticaís)

Descrição	Cobrança 2006	Previsão 2007	Cobrança 2007	Real. (%)	Diferença 07-06	Cresc. (%)	% s/ PIB
REC. NÃO FISCAIS	2.670,00	2.539,93	2.454,20	96,6	-215,81	-8,1	1,1
Taxa Div. de Serviços	184,74	310,90	421,64	135,6	236,90	128,2	0,2
Comp. Apos. e Sobrev.	601,29	726,56	678,54	93,4	77,25	12,8	0,3
Rendas de Casa	77,32	81,98	72,65	88,6	-4,67	-6,0	0,0
Outras Rec. Não Fiscais	194,33	424,78	171,08	40,3	-23,24	-12,0	0,0
Receitas Próprias	1.612,32	995,71	1.110,28	111,5	-502,04	-31,1	0,5

Fonte: DSACR

Não obstante este incumprimento, as Taxas Diversas de Serviços e as Receitas Próprias tiveram um sobre cumprimento de 135,6 por cento e 111,5 por cento, respectivamente, derivado do trabalho de sensibilização da Administração Fiscal junto de Instituições do Estado que procedem à cobrança de taxas para posterior canalização aos cofres do Estado.

As rubricas “Compensação de Aposentação e Pensão de Sobrevivência” e as “Rendas de Casa”, tiveram um fraco desempenho em termos de cobrança, situando-se aquém da meta programada em 6,6 e 11,4 por cento, respectivamente. Realça-se ainda que relativamente à rubrica de Rendas de Casa, houve uma redução dos níveis de cobrança devido à contínua redução do parque imobiliário do Estado.

No que concerne às Receitas Próprias, de um programa de 995,71 milhões de meticaís, foram cobrados 1.110,28 milhões de meticaís, o que representa um grau de realização de 111,5 por cento.

Embora tenha registado uma redução em 31,1 por cento em termos nominais em relação ao ano anterior, os níveis de cobrança nesta rubrica têm apresentado melhorias significativas, resultante do esforço contínuo da Administração Fiscal, no processo de sensibilização e educação fiscal junto às instituições do Estado de nível central que procedem a cobrança de receitas próprias para posterior entrega aos cofres do Estado.

Todavia, a cobrança de receitas próprias de nível distrital apresentou baixos níveis de realização, tendo para o efeito sido cobrados 56,35 milhões de meticaís, contra um programa de 92,88 milhões de meticaís, correspondente um grau de realização de 60,7 por cento. As razões subjacentes aos referidos baixos níveis de realização nesta rubrica, prendem-se com o facto dos órgãos locais persistirem em usar as receitas por si cobradas sem cumprir com a obrigatoriedade de entregá-las aos cofres do Estado.

2.1.2.5. Receitas Consignadas

Para este grupo de receitas, de um programa de 2.328,54 milhões de meticaís, foram cobrados 2.194,20 milhões de meticaís, o que representa um grau de realização de 94,2 por cento em relação ao objectivo fixado, influenciado positivamente pelo desempenho das rubricas Taxa sobre os Combustíveis, como ilustra a **tabela 7**.

Tabela 7 – Receitas Consignadas (em milhões de meticaís)

Descrição	Cobrança 2006	Previsão 2007	Cobrança 2007	Real. (%)	Diferença 07-06	Cresc. Nom. (%)	% s/ PIB
REC. CONSIGNADAS	1.767,42	2.328,54	2.194,20	94,2	426,87	24,1	1,0
Taxa s/ os Combustíveis	1.273,29	1.377,95	1.544,78	112,1	271,50	21,3	0,7
Taxa de Serv. Alfândeg.	8,33	8,63	6,70	77,6	-1,63	-19,5	0,0
Taxa Sobrev. Cast. Cajú	33,84	130,00	40,15	30,9	6,32	18,7	0,0
Outras Rec. Consignadas	451,97	811,96	602,56	74,2	150,59	33,3	0,3

Fonte: DSACR

2.1.2.6. Receitas de Capital

Nesta rubrica, para uma meta estabelecida em 1.860,35 milhões de meticaís, foram cobrados 1.849,62 milhões de meticaís, que corresponde a uma realização de 99,4 por cento e cerca de 0,9 por cento do PIB. Comparativamente ao ano transacto, cobrou-se mais 635,08es de meticaís, o que representa um crescimento em termos nominais de 52,3 cento, como ilustra a **tabela 8**.

Tabela 8 – Receitas de Capital (em milhões de meticaís)

Descrição	Cobrança 2006	Previsão 2007	Cobrança 2007	Real. (%)	Diferença 07-06	Cresc. Nom. (%)	% s/ PIB
REC. DE CAPITAL	1.214,54	1.860,35	1.849,62	99,4	635,08	52,3	0,9
Rend. Património Estado	25,68	166,17	39,57	23,8	13,89	54,1	0,0
Outras Receitas Capital	1.188,86	1.694,18	1.810,05	106,8	621,18	52,3	0,9

Fonte: DSACR

Concorreu para o alcance deste resultado, as entregas realizadas a título de receitas de concessão no valor de 1.203,70 milhões de meticaís e de 606,34 milhões de meticaís, proveniente de transferências de dividendos das empresas com participação do Estado.

2.2. Acções desenvolvidas no âmbito de organização, fiscalização e recuperação da receita

A Autoridade Tributária no ano de 2007, desenvolveu diversas acções com vista a cobrança de receitas, sendo de destacar (i) Prevenção e combate a fraude e evasão fiscais; (ii) Contencioso Fiscal e Aduaneiro; e (ii) Reembolsos:

2.2.1. Prevenção e combate a fraude e evasão fiscais

2.2.1.1. Trabalhos de auditoria e fiscalização tributária

Para o exercício fiscal de 2007, programou-se a conclusão de 675 auditorias e análise de 1.320 declarações de rendimentos de informação contabilística e fiscal, até 31 de Dezembro.

No âmbito das auditorias e fiscalizações tributárias, foram visitadas 498 empresas a nível central, sendo 146 na cidade de Maputo, 46 em Maputo Província, 73 na província de Gaza, 64 na província de Zambézia, 45 na província de Manica, 70 na província de

Sofala e 54 empresas na província de Nampula, e 460 empresas pelas DAF's/UGC's, tendo sido realizadas no total 958 fiscalizações, representando um nível de realização de 141,9%, face a meta fixada, como ilustra a **tabela 9**.

Tabela 9: Número de auditorias e fiscalizações

Região	DAFI	DAF/UGC	Total
Sul	265	87	352
Centro	179	116	295
Norte	54	257	311
TOTAL	498	460	958

Fonte: DGI

A **tabela 10** a seguir, ilustra os resultados globais alcançados.

Tabela 10: Resultados Globais (Matéria colectável e imposto apurado)

Descrição	(Valores em milhões de meticais)	
	Matéria Colectável	Imposto Devido
Transacções sujeitas a IVA	1,450,61	188,84
Dedução Indevida do IVA	-	90,34
IRPS (Trabalho Dependente)	71,47	43,66
IRPS (Matéria Colectável Adicional)	81,50	-
IRPC (Tributação Autónoma)		6,18
IRPC (Pagamentos a não residentes)	2,214,54	405,23
IRPC (PEC e Pagto por conta)	-	20,85
IRPC (Matéria Colectável Adicional)	1,494,44	-
Cont. Industrial (Pagtos a não residentes)	18,57	2,68
Cont. Industrial (Matéria Colect. Adicional)	2,50	-
Mercadorias sem factura	38,65	6,20
Imposto do Selo	-	16,72
TOTAL	-	780,73

Fonte: DGI

Em 2007, foram visitadas pela Direcção de Auditoria, Fiscalização e Investigação 498 empresas, que resultou num imposto devido de 780,73 milhões de meticais. Comparado com o ano de 2006, em que foram visitadas 500 empresas e que resultou num imposto devido de 660,31 milhões de meticais, houve um aumento de na ordem de 120,42 milhões de meticais, em termos de imposto apurado, incremento que representou um crescimento nominal de 18,2 por cento.

Na área aduaneira, em 2007, foram planificadas 42 operações no âmbito de prevenção e combate a fuga ao fisco, tendo sido realizadas apenas 40, o que corresponde a 95 por cento. Apontam-se como causas deste incumprimento, os problemas operacionais nomeadamente, (i) início tardio da execução do Plano Operacional da Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência (DAII); (ii) avarias constantes de viaturas; (iii) a locação, quase por um período de 2 meses, de investigadores na Operação Escorpião, realizadas sob a égide do Comando Geral da PRM, a nível da cidade e província de Maputo em coordenação com as Alfândegas, (iv) o envolvimento das equipas das Brigadas de Reacção Táctica na recolha e guarnição da receita na Direcção Regional Sul.

Durante o ano de 2007, foram realizadas 59 auditorias Pós-Desembaraço Aduaneiro à diversas empresas, das 60 programadas para o período, das quais 33 foram terminadas, 14 em audição prévia e 12 em curso, tendo sido cobrados 5,05 milhões de meticaís, dos 12,79 milhões de meticaís que se esperava, como ilustra a **tabela 11**.

Tabela 11: Auditorias Pós-Desembaraço (Valores em milhões de meticaís)

Descrição	Período	
	Set à Dez 2006	2007
Auditorias Programadas	11	60
Auditorias Realizadas	10	59
Valores esperados	0,82	12,79
Valores cobrados	0,39	5,04

Fonte: DGA

Em termos de grau de cumprimento, durante o ano de 2007, foi de 98 por cento em relação ao programado para o ano. Os resultados deste período ficam a dever-se também a uma correcta escolha de empresas a auditar, em especial as fábricas de bebidas alcoólicas e grandes empresas, pelo seu elevado risco.

2.2.1.2. Verificação de Processos de Contabilidade das empresas

Durante o ano de 2007 foram analisados 1.336 processos de contabilidade de empresas, o que representa um sobre cumprimento na ordem de 101,2 por cento em relação à meta estabelecida de 1.320, tendo sido apurado de matéria colectável adicional o valor de 139.598,45 mil meticaís, conforme ilustra a **tabela 12** abaixo. Porém comparativamente ao ano de 2006, em que foram analisados 1.637 declarações, registou-se um decréscimo na ordem de 301 processos:

Tabela 12: Processos analisados em 2007 (Valores em milhões de meticaís)

Ano	Número de processos	Matéria colectável adicional
2002	384	9,65
2003	242	45,28
2004	434	28,98
2005	270	55,64
2006	5	0,05
2007	1	0
TOTAL	1.336	139,60

Fonte: DGI

2.2.1.3. Impacto das auditorias e verificação de processos de contabilidade das empresas, na recuperação da receita

2.2.1.3.1. Impostos cobrados resultantes das auditorias e análise de processos de contabilidade das empresas

No período em análise, como resultados das auditorias efectuadas, foram cobrados 124.090,04 mil meticais de impostos adicionais, conforme ilustra a **tabela 13**, a seguir:

Tabela 13: Impostos cobrados resultantes das auditorias (Valores em mil meticais)

Impostos cobrados resultantes das auditorias							
Descrição	Impostos					Multas	Total Geral
	IVA	IRPC	IRPS	I. Selo	Sub total		
DAFI	57,94	49,63	6,51	10,02	124,10	25,48	149,58
DAFI/UGC	12,79	0,25	0,96		14,00		14,00
Total	70,73	49,88	7,47	10,02	138,10	25,48	163,58
Impostos cobrados resultante da análise de processos de contabilidade							
Exercício	IRPC Adicional	Imposto Adicional (IRPC) gerado em 2007					
		Cobrado	Em cobrança	Por notificar	Contestado	Virtualizado	Transf. p/ DAF/UGC
2002 ⁷	5,06	1,53	0,90	0,20	0,72	0,02	1,68
2003	6,63	5,59	0,48	0,00	0,19	0,01	0,36
2004	3,55	3,48	0,02	0,01	0,04	0,00	0,00
2005	7,50	7,18	0,09	0,00	0,23	0,00	0,00
Total	22,74	17,78	1,49	0,21	1,18	0,03	2,04

Fonte: DGI

2.2.1.3.2. Avaliação da implementação do Decreto n.º 36/2000, de 17 de Outubro (mercadorias em circulação)

A primeira fase da operação de fiscalização das mercadorias em circulação, realizou-se no período de 01 a 22 de Dezembro do ano de 2007, em todo o país, envolvendo a DGI, e a DGA e, ainda, a participação da Polícia da República de Moçambique.

A primeira semana desta operação foi de âmbito educativo, onde se apelava ao transportador para se fazer acompanhar de dois exemplares de documento de transporte, emitido em forma legal e com todos os requisitos exigidos por lei.

Como resultado da operação, foram interpeladas 1.038 viaturas, das quais 36 foram apreendidas. A autuação dos faltosos resultou em multas no valor total de 1.232,5 mil meticais, conforme a **tabela 14** abaixo:

⁷ Os valores respeitantes ao exercício de 2002, dizem respeito à Contribuição Industrial Adicional

Tabela 14: Operações de fiscalização-Decreto n.º 36/2000, de 17 de Outubro

Descrição	REGIÃO			Total
	Sul	Centro	Norte	
Nº de Viaturas interpeladas	289	330	419	1.038
Nº de Apreensões Provisórias	26	01	9	36
Multas cobradas (em mil meticais)	1.105,00	0,00	132,50	1.232,50

Fonte: DGA

2.2.1.4. Cadastro e informação ao contribuinte

No que concerne ao cadastro de contribuintes, no ano de 2007 deu-se prosseguimento aos trabalhos de atribuição dos NUITs a novos contribuintes. No sentido de dar maior abrangência na atribuição dos mesmos, foi levado a cabo uma campanha junto das instituições do Estado, agentes económicos e outras entidades, tendo-se verificado um registo de 190.019 novos contribuintes, contra uma previsão de 150.000, o que representa uma realização de 126,7 por cento de contribuintes registados ao nível de todo o país. Importa salientar que desses registos, 186.368 referem-se a pessoas singulares e 3.651 a pessoas colectivas. Comparativamente com o ano de 2006, foram registados mais 89.792 contribuintes, o que representa um crescimento nominal de 89,6 por cento, como ilustra a **tabela 15**.

Tabela 15 – Registo de contribuintes em 2007

Inscritos em 2006			Inscritos em 2007			Diferença	Cresc. Nom
P. Singul.	P. Colect.	Total	P. Singul.	P. Colect.	Total	2007-2006	%
96.448	3.779	100.227	186.368	3.651	190.019	89.792	89,6%

De forma a privilegiar a interação entre o fisco e o contribuinte, no ano de 2007 foram criados os Serviços de Informação ao Contribuinte nas cidades da Beira e Nampula.

2.2.2. Contencioso Fiscal e Aduaneiro

2.2.2.1. Contencioso e Gestão da Dívida Fiscal

Durante o ano foram recebidos 924 processos, tendo sido julgados 872, estando até 31 de Dezembro 52 processos por sentenciar. Foram ainda produzidas 148 informações referentes a títulos de anulação e elaboradas 454 informações / pareceres sobre várias questões submetidas para apreciação, totalizando 602 informações.

Com efeito, até 31 de Dezembro ainda existiam nas DPPFs 79 processos de contencioso no valor de 13,89 milhões de meticais, distribuídos em 6 DAF's nomeadamente, Lichinga, Cuamba, Xai-Xai, Inhambane, DAF – 1º Bairro da Beira, DAF de Quelimane e UGC Beira.

Durante o período em análise, 134 processos avaliados em 45,15 milhões de meticais, foram remetidos ao Tribunal Administrativo e até 31 de Outubro existiam naquela instância 92 processos das DAF's do 1º Bairro de Maputo, 2º Bairro de Maputo,

Inhambane, UGC da Beira, 1º Bairro da Beira, Quelimane, Nampula e UGC de Nampula avaliados em 41,87 milhões de meticais;

Para 2007, foi estabelecido um novo sistema de registo de informação dos processos de contencioso nas DAF's e UGC's para que se disponha, a qualquer momento, de informação pontual sobre os processos.

O referido processo está em uso em 06 DAFs e 02 UGCs, nomeadamente, 1º Bairro de Maputo, 2º Bairro de Maputo, Matola, Xai-Xai, Inhambane, Chimoio, UGC de Nampula e UGC da Beira. Deste modo, o novo modelo dar-nos-á a conhecer o ponto de situação dos processos a qualquer momento, relativamente aos instaurados, cobrados, em cobrança, reclamados, recorridos ao Tribunal Administrativo e relaxados.

Transitou para o ano de 2007, 8.333 processos, tendo sido instaurados 6.476 processos de contencioso, cobrados 3.638, anulados 27 e relaxados 2.855 processos. O saldo final acusado em 30 de Novembro resulta das diferenças dos processos instaurados com os cobrados, anulados e relaxados. Foram ainda, contestados 812 processos e recorridos ao Tribunal Administrativo 134 processos, como ilustra a **tabela 16**.

Tabela 16: Evolução de processos de contencioso Fiscal

Descrição	Número	Valor em 10 ⁶
Saldo em 01/01/2007	8.333	1.169,63
Processos		
Instaurados	6.476	484,38
Cobrados	3.638	223,43
Anulados	27	7,89
Relaxados	2.855	107,42
Contestados	812	721,33
Recorridos Trib. Adm.	134	45,14
Saldo em 30/11/2007	8.289	1.315,26

Fonte: DGI

No que concerne à dívida fiscal existente nas execuções fiscais, o ano de 2007 iniciou com 219.432 processos no valor de 1.380,05 milhões de meticais aos quais adicionaram-se 4.062 das instaurações registadas durante todo o ano, no valor de 748,64 milhões de meticais.

Foram cobrados 3.014 processos no valor de 63,28 milhões de meticais, ao mesmo tempo que foram anulados e julgados em falhas 6.656 processos, no valor de 26,82 milhões de meticais, tendo transitado para 2008, 213.824 processos no valor de 2.038,59 milhões de meticais, como se pode ver da **tabela 17**, ou seja uma redução de 2,6 por cento em número de processos e umaumento de 46,2 por cento em termos de valor.

Tabela 17: Evolução de processos executivos

Em milhões de meticais

Descrição	2006		2007		Δ%	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Saldo em 01/01/2007	224.916	1.127,52	219.432	1.380,05	97,6	122,4
Processos instaurados	7.408	390,52	4.062	748,64	54,8	191,7
<i>Sub total</i>	232.324	1.518,04	223.494	2.128,69	96,2	140,2
Processos cobrados	3.796	59,80	3.014	63,28	79,4	105,8
Processos anulados	9.091	64,23	6.656	26,82	73,2	41,8
<i>Sub total</i>	12.887	124,03	9.670	90,10	75,0	76,6
Saldo em 30/11/2007	219.437	1.394,01	213.824	2.036,59	97,4	146,1

Para melhor gestão da dívida foi concebido um projecto de recuperação da *Dívida Tributária* acumulada em processos nos Juízos de Execução Fiscal. O mesmo foi aprovado pelo Conselho Directivo da AT, estando a sua implementação condicionada ao financiamento.

Ainda neste âmbito, em colaboração com a Direcção de Tecnologia de Informação e Comunicação, foi concebido um aplicativo informático para processamento dos processos de Execução Fiscal nos Juízos das Execuções Fiscais, no âmbito do projecto.

2.2.2.2. Contencioso e Gestão da Dívida Aduaneira

No que concerne aos processos julgados no Tribunal Aduaneiro, durante o ano de 2007, foram instaurados 254 processos, tendo sido cobrados 125 processos no montante de 10,04 milhões de meticaís. No mesmo período, foram anulados 4 processos, relaxados para a cobrança coerciva 64 processos no total de 86,60 milhões de meticaís, estando na situação de pendente 45 processos. Foram ainda, contestados 2 processos no valor de 0,08 milhões de meticaís e recorridos ao Tribunal Administrativo 11 processos, no total de 25,88 milhões de meticaís, como ilustra a **tabela 18**.

Tabela 18: Evolução de processos de contencioso Aduaneiro

Descrição	Número	Valor em 10 ⁶
Saldo em 01/01/2007		
Processos		
Instaurados	254	
Cobrados	125	10,04
Anulados	4	
Pendentes	45	
Relaxados	64	86,60
Contestados	2	0,08
Recorridos Trib. Adm.	11	25,88
Saldo em 30/11/2007		

Fonte: Tribunal Aduaneiro

2.2.3. Reembolsos

2.2.3.1. Reembolsos de IVA e de IR

Em consequência dos constrangimentos verificados no tratamento e pagamento dos pedidos de reembolso do IVA e dos Impostos sobre o Rendimento, com vista a dar maior celeridade ao processo, a DGI tomou as seguintes medidas:

- Afecção, a tempo inteiro, do Director de Controlo da Cobrança Reembolsos e Benefícios Fiscais, à área de reembolsos; e
- Delegação de competências aos Directores das UGC's e DAF's para decidirem sobre os processos de pedidos de reembolsos com deficiências na sua apresentação⁸.

⁸ Com esta medida evita-se a remessa de processos a DGI sem que estejam devidamente constituídos, facto que contribuía para os atrasos.

Consequentemente, e no seguimento dos seminários regionais realizados e da descentralização da decisão de indeferimento e suspensão dos pedidos para o nível local, notou-se relativa celeridade na tramitação dos pedidos das DAF's para a Divisão de reembolsos do IVA e na comunicação da decisão recaída sobre os mesmos, melhorias na qualidade da apresentação dos pedidos e rapidez na análise interna dos processos centralmente.

No concernente aos impostos sobre o rendimento, com o reforço da capacidade de intervenção da Divisão dos Reembolsos, através da alocação adicional de recursos humanos e materiais verificou-se aumento no tratamento dos pedidos.

Foi discutido a nível da Divisão e submetida à apreciação do Conselho de Direcção da DGI, a informação-proposta da derrogação das alíneas a) e b) do nº 1 do Artigo 2 do Diploma Ministerial 82/2005 de 20 de Abril, para permitir a análise dos pedidos de reembolso do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares recebidos em 2005 e 2006, apenas com base na certidão de rendimentos.

2.2.3.2. Análise e decisão dos pedidos de reembolsos

2.2.3.2.1. Reembolsos do IVA

Foram recebidos, até 31 de Dezembro de 2007, 692 pedidos de reembolsos no valor de 981,80 milhões de meticais, dos quais 389 do Regime Normal no valor de 941,44 milhões de meticais e 303 referentes a Diplomatas no valor de 40,36 milhões de meticais.

Foram tratados, no total, 745 pedidos, no valor de 946,08 milhões de meticais⁹, tendo sido pagos 661 pedidos, no valor de 598,11 milhões de meticais. Os processos pagos, no total de 598,11 milhões de meticais, incluem 150 pedidos de reembolsos, no montante de 158,98 milhões de meticais, transitados de anos anteriores, como ilustra a **tabela 19**.

Tabela 19: Pedidos de reembolso tratados e pagos em 2007¹⁰ Em milhões de meticais

Descrição	Recebidos		Pagos	
	Número	Valor	Número	Valor
Ano de 2007				
Regime Normal	389	941,44	279	423,64
Diplomatas	303	40,36	232	15,49
Sub Total – 1	692	981,80	511	439,13
Transitados de anos anteriores				
Regime Normal			106	138,62
Diplomatas			44	20,36
Total	692	981,80	661	598,11

Dos processos pagos, 385 são do regime normal no valor de 562,25 milhões de meticais e 276 dos diplomatas no valor de 35,86 milhões de meticais. Foram suspensos 48 pedidos do regime normal, indeferidos 34, sendo 19 do regime normal e 15 dos Diplomatas, ficando em análise 46 pedidos dos quais 19 do regime normal e 27 dos diplomatas.

⁹ Inclui processos pagos, indeferidos, suspensos e anulados.

¹⁰ Inclui os transitados de anos anteriores a 2007.

2.2.3.2.2. Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento (IRPS e IRPC)

No que concerne ao Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, foram recebidos até 31 de Dezembro de 2007, 3.473 pedidos no valor de 21,55 milhões meticais, tendo sido tratados 1.142 processos, no valor de 7,29 milhões de meticais¹¹. Destes, foram autorizados 1.069 processos no valor de 5,64 milhões meticais e indeferidos 73 pedidos no montante de 1,65 milhões meticais.

No que respeita ao Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, foram recebidos até 31 de Dezembro de 2007, 35 pedidos no valor de 59.02 milhões meticais, tendo sido tratados 13 processos no valor de 0,84 milhões de meticais¹². Foram autorizados 12 pedidos no valor de 5,64 milhões meticais e indeferido um processo no montante 0,31 milhões de meticais. Dos processos autorizados, foi pago até 31 de Dezembro, o montante de 30,23 milhões meticais, como ilustra a **tabela 20**.

Tabela 20 : Pedidos de Reembolso dos Impostos Sobre o Rendimento

Imposto Sobre o Rendimento		Qt.	valores Milhões MTs	% Por Imposto		% total Divida Potencial em valores
	Período			Qt.	Valores	
IRPS – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares						
Solicitado	01 Janeiro a 31	3.473	21,55	100	100	
Autorizados ¹³		1.069	5,64	31	26	
Indeferido		73	1,65	02	08	
Pendentes	Dezembro de 2007	2.331	14,26	67	66	
Tratados ¹⁴		1.142	7,30	33	34	
Dívida potencial¹⁵		2.404	14,26	67	66	20
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas						
Solicitado	01 Janeiro a 31 Dezembro de 2007	35	59,02	100	100	
Autorizados		12	0,53	34	01	
Indeferidos		1	0,31	03	01	
Pendentes		22	58,18	63	98	
Tratados		13	0,84	37	02	
Dívida potencial		22	58,18	63	99	80
Dívida potencial em 2007		2.354	72,75			100

3. Acções desenvolvidas ao nível de outros órgãos da Autoridade Tributária

Do plano de actividades da Autoridade Tributária para o ano de 2007 constavam, para além da considerada principal que é a arrecadação da receita, a simplificação e aperfeiçoamento do sistema tributário, a introdução de medidas tendentes ao alargamento da base tributária, o prosseguimento do processo da modernização da Administração Tributária, como preocupação desta instituição de buscar um sistema eficiente de cobrança de impostos, reduzir a fraude e a evasão fiscais, revendo os regimes

¹¹ Inclui processos autorizados e indeferidos.

¹² Inclui processos autorizados e indeferidos.

¹³ não pagos no período

¹⁴ Processos pagos, anulados, indeferidos, e suspensos;

¹⁵ Σ de processos em análise, autorizados, em despacho, indeferidos e suspensos dentro do prazo de reclamação.

simplificados de tributação, bem como procedendo à avaliação da eficácia dos incentivos fiscais e de promoção de investimentos.

A Autoridade Tributária, nos termos do seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto n.º 29/2006, de 30 de Agosto, para além das actividades exercidas nas áreas operacionais, assegura, ainda, a direcção, coordenação, controlo e actividades de planeamento estratégico.

A mesma integra como órgãos de administração, o Conselho Superior Tributário, o Presidente da AT e o Conselho Directivo. Integra, ainda, como órgão de consulta, o Conselho de Fiscalidade.

3.1. Conselho Superior Tributário

No que respeita a este órgão, foram realizadas durante o ano de 2007 cinco sessões, sendo duas ordinárias e três extraordinárias, cumprindo-se com o calendário estabelecido previamente.

Como documentos-base para funcionamento deste órgão foi aprovado o respectivo Regulamento Interno. Foi igualmente assinado um Termo de Compromisso pelos membros, no qual foi feito o comprometimento de as acções e decisões da instituição estarem conforme o estabelecido na lei.

Foram, ainda, apreciados outros documentos e assuntos, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Processo de Contratação de Consultoria para Apuramento do Montante do IVA devido nas Empreitadas de Obras Públicas;
- Nomeação do novo Director dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Gaza;
- Proposta de Orçamento da AT para o ano de 2008;
- Pagamento de quotas pela DGA à OMA (Organização Mundial das Alfândegas);
- Termos de Referência da Missão do Departamento de Finanças Públicas do FMI à Moçambique;
- Processo de Estabelecimento da Fronteira de Paragem Única na Fronteira de Ressano Garcia;
- Processo de Construção das Barreiras da Fronteira de Namaacha;
- Análise do Cumprimento do Plano de Gestão da AT para 2007 e da Proposta das Linhas Gerais para o ano de 2008;
- Desempenho da AT no Âmbito da Matriz do Conselho de Ministros sobre a Redução do Défice Fiscal e da Matriz envolvendo as Propostas de Legislação a ser Aprovada em 2007;

3.2. Presidente da Autoridade Tributária

No que respeita às actividades do Presidente da AT destaca-se a realização das seguintes:

- Criação do Gabinete do Presidente e Nomeação dos Respective Quadros Integrantes;
- Desenho da Estrutura Orgânica da AT, Nomeação dos Quadros Dirigentes e Orientação das Cerimónias de Tomada de Posse nas Diferentes Regiões do País;
- Presidência das Reuniões dos Órgãos da AT, nomeadamente o Conselho Superior Tributário, Conselho Directivo e Conselho de Fiscalidade;
- Visitas às Unidades Orgânicas da AT, onde se podem destacar deslocações às regiões norte, centro e sul.
- Participação nas Reuniões do Conselho Consultivo do Ministro das Finanças;
- Visitas ao Exterior, nomeadamente à Bélgica e à Portugal, aos Postos Fronteiriços Comuns e Encontros com representantes das Autoridades Tributárias dos Países Vizinhos;
- Encontros com Dirigentes de Instituições Governamentais, tais como: Ministérios da Agricultura, Energia e Pescas, nos quais foram abordadas questões de natureza tributária inerentes às actividades daqueles Ministérios, nomeadamente no que respeita aos benefícios fiscais, processos de reembolsos e outros aspectos de carácter fiscal e aduaneiro.
- Foram emitidos Despachos de diferentes matérias com vista a dar execução às actividades programadas para o ano de 2007, sendo de destacar os Despachos de Criação do Gabinete do Presidente da AT; De Criação da *Task Force* para acompanhamento da Bancarização da Economia e do Imposto (TFBED); Para Criação de Comissões e Serviços Especializados; Para Criação do SEVEDE; Para os Estudos relativos ao impacto da Integração Regional na Receita; Relativo ao Fundo Comum; Criação do Comando Único; Processo de Criação da Rede de Cobrança; Abertura de novos Postos Fronteiriços e Direcções de Áreas Fiscais; Criação do Instituto de Formação Tributária; Criação dos Grupos Profissionais; Criação dos Serviços de Assistência Social junto da DGSC; Indicação dos Peritos de Reconhecido Mérito; Criação da Comissão Executiva de Gestão do Fundo Comum da AT (CEFC-AT); Indicação do Coordenador Nacional das Forças Paramilitares adstritas à AT; Aprovação da Estrutura Orgânica da AT.

São, Também, de se realçar: o processo de Reintegração de Ex-Funcionários da DGA; a aprovação do Logotipo da AT; Trabalhos relativos à Criação da Fronteira de Paragem Única de Ressano Garcia; Acompanhamento das Acções do Governo no âmbito da Integração Regional, dos Dossiers – Kudumba, Kawena e Intertek; Encontro com os Despachantes Aduaneiros; Participação na Reunião com os Governadores dos Países Africanos junto do FMI e Banco Mundial; Participação no Workshop sobre Fronteira de Paragem Única e Encontros com os diferentes Grupos Profissionais da AT.

Foram, por outro lado, aprovados diversos Regulamentos necessários aos funcionamento da instituição, nomeadamente: os relativos aos órgãos da AT; Utilização de Complexos Residenciais e Casas de Habitação da AT; Utilização de Telefones Móveis .

Foram ainda concedidas audiências diversas por solicitação dos contribuintes, funcionários da instituição e outros interessados.

3.3. Conselho Directivo

O Conselho Directivo (CD) é o órgão da AT presidido pelo Presidente da AT.

Durante o ano de 2007, foram realizadas 34 sessões, sendo 20 ordinárias e 14 extraordinárias, tendo sido cumprido o plano programado.

O CD analisou e aprovou, durante o ano de 2007, os seguintes documentos e projectos:

- Proposta de Composição dos órgãos da AT e Calendarização das Sessões para o Anos de 2007 e 2008;
- Logotipo da AT;
- Organigrama da AT;
- Plano de Actividades da AT para 2007;
- Orçamento da AT para 2007;
- Matriz de Controlo das Decisões dos Órgãos da AT;
- Proposta de Criação da Comissão Executiva de Gestão do Fundo Comum da AT;
- Plano de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação (PDTI) e Criação do Grupo de Trabalho de Tecnologias de Informação;
- Memorando de Entendimento e Termos de Referência do Grupo de Garantia de Qualidade do Fundo Comum;
- Sistema Informático de Gestão Documental;
- Linhas Gerais da Proposta de Imposto Único para os Pequenos Contribuintes;
- Relatório-Diagnóstico dos Grupos Profissionais e sua Institucionalização;
- Estudo sobre Incentivos Fiscais em Moçambique;
- Calendário de Visitas do Presidente da AT no ano de 2007 e respectivos relatórios de realização;
- Proposta de Estatuto Remuneratório do Pessoal da AT e Resolução que Aprova os Critérios de Enquadramento dos Funcionários da Instituição;
- Projecto de criação da Janela Única Electrónica;
- Projecto de Bancarização do Imposto;
- Projecto de Patenteamento dos Funcionários das Alfândegas;
- Projecto de Criação do Instituto de Formação Tributária;
- Projecto de Construção de Fronteira de Paragem Única;
- Projecto de vedação da Fronteira de Namaacha;
- Projectos a realizar na Ponta do Ouro;
- Projecto de Rede de Cobrança;
- Projecto de Criação do Gabinete de Assessoria e Assistência Técnica (GAAT);
- Projecto de Recuperação da Dívida Tributária;
- Projecto de Aproveitamento das Instalações da Delegação Aduaneira da Ilha de Moçambique;
- Projectos de Protocolos a assinar com os Países Limítrofes;
- Projectos de Legislação a Submeter à Assembleia da República (Alterações aos Códigos do IVA, IRPC e IRPS);
- Projecto de Fiscalização de Mercadorias em Circulação;

- Plano de Prevenção e Combate ao HIVA SIDA na AT;
- Plano de Formação da AT;
- Regulamento Interno do CD;
- Regulamento de Utilização de Viaturas pertencentes ao Património do Estado e afectas aos Funcionários da AT;
- Regulamento de Utilização de Casas de Habitação e Complexos Residenciais da AT;
- Regulamento de Utilização de Telemóveis;
- Normas Regulamentares do SEVEDE;
- Regulamento de Selagem de Tabaco e Bebidas Alcoólicas;
- Regulamento Aduaneiro de Cabotagem;
- Regulamento sobre Lojas Francas;
- Regulamento e Manual de Procedimentos de Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado;
- Regulamento do Uso de Uniforme da DGA;
- Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Funcionários da AT nas Carreiras Transitórias e Carreira Única;
- Despacho que Aprova os Termos de Desconcentração da Instrução dos Processos Disciplinares;

Foram, ainda, prestadas regularmente informações sobre os seguintes assuntos:

- Posição das receitas da DGI e DGA;
- Financiamento Externo aos Projectos da AT;
- Execução do Orçamento da AT (Balanços Trimestrais);
- Situação dos Recursos Humanos;
- Processo de Atribuição de NUIT's;
- Viagens efectuadas pelo Presidente da AT, membros do CD e restantes funcionários no cumprimento das atribuições da instituição;
- Participação em eventos internos e internacionais pelos funcionários da AT;
- Obras de Namoto e Nangade;
- Concurso de Ingresso para Juízes e Futuras Instalações dos Tribunais Fiscais de Primeira Instância;
- Colocação de POS nas Instalações da AT;
- Envolvimento da DGA em Actividades de Preservação do Meio-Ambiente;
- Instalações na Matola para Formação, Treinamento e Coordenação Para-Militar (DGA);
- Coordenação de Actividades Recreativas e Desportivas;
- Educação Fiscal e Popularização do Imposto;
- Informe sobre o Regulamento Interno e Manual de Procedimentos da AT;
- Reabilitação e Construção de Novas Infra-estruturas da AT;
- Projecto de Construção do Edifício-Sede da AT;

No que respeita às informações pontuais prestadas, destacam-se, de entre outras:

- Apreensão de um Míssil em Machipanda;

- Cenário Fiscal de Médio Prazo 2008-2010;
- Extensão do Horário de Funcionamento do Posto de Fronteira de Ressano Garcia;
- Fiscalizações e Auditorias efectuadas às Direcções de Área Fiscal, Direcções de Finanças das Alfândegas e dos Impostos Internos;
- Visitas do Gabinete do Controlo Interno às Direcções Regionais, Fronteiras, Terminais, DAF's e Direcções de Serviços Centrais;
- Concurso para Aprovação do Logotipo da AT e Atribuição de Prémios aos Vencedores;
- Visita efectuada às Minas da África do Sul por uma equipa que integrava representantes do Ministério do Trabalho e da DGA;
- Indicação do Grupo de Tradutores junto ao CD;
- Preparação Técnica da Reunião do Comité dos Ministros Responsáveis por Finanças e Investimentos da SADC;
- Abertura de Novas Áreas Fiscais;
- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a DGA e a Sociedade Ferro e Ferro Saachi & Saachi;
- Ofertas de assistência Técnica e Financeira pela UE e EUA;
- Estudo sobre o Impacto da Integração Regional na Receita;
- Arrendamento dos Escritórios Modulares de Ressano Garcia;
- Criação de Novas DAF's;
- Encerramento de Áreas Fiscais nas Províncias;
- Uso dos Scanners;
- Regulamento de Assistência Médica e Medicamentosa Complementar dos Funcionários da AT;
- Proposta de Acordo de Assistência Mútua e Cooperação Administrativa entre Moçambique e Portugal;
- Reuniões Realizadas entre a DGI e a CTA;

A convite do Presidente da AT, foram proferidas palestra por várias personalidades de renome nas áreas económica, social e política, tendo sido abordados os seguintes temas:

- Habilidades para a Vida na Luta contra o HIV-SIDA – Dra Nídia Remane (Ministério da Saúde) ;
- Dia Nacional do Metical – Dr Augusto Cândida (Banco de Moçambique);
- Administração Tributária – Experiência da Província de Sofala – Governador Alberto Vaquina;
- Palestra sobre o Défice Orçamental – Dr Alfredo Peralta (Consultor FMI);
- Palestra sobre Indicadores de Gestão – Dr Décio Rui (Consultor do FMI);
- Palestra sobre o Processo de Paz – Dr Francisco Madeira;
- Palestra sobre o “25 de Setembro” – General Jacinto Veloso;
- Administração e gestão de Objectivos Estratégicos: Que Desafios? – Dr Alcido Nguenha;
- O Papel da Bancarização do Imposto na Fortificação e Estabilização da Administração Fiscal – Dr Adriano Maleiane.

O Conselho Directivo aprovou, igualmente, a designação dos representantes da AT junto às reuniões do Conselho Consultivo do Ministro das Finanças e Conselho Técnico do Ministério, dos Secretariados da Assembleia da República, do Conselho de Ministros e nas reuniões da SADC, para além dos membros integrantes da equipa de organização de grandes eventos da instituição. Foi, igualmente, indicado o porta-voz da instituição junto dos órgãos da Comunicação Social.

Tomaram posse perante este órgão, funcionários indicados para cargos de Chefe de Divisão e Recebedores de Fazenda.

Realizou-se, igualmente, uma sessão extraordinária alargada na qual foi feita uma saudação especial ao Dr. Víctor Barros Santos, Director Geral cessante das Alfândegas.

Também foi efectuado em sessão extraordinária o lançamento da Revista Tributária.

3.4. Conselho de Fiscalidade

Foram realizadas as duas sessões programadas para o ano de 2007, tendo a primeira sido realizada na cidade da Beira, em 23 de Julho e a segunda em Namaacha, nos dias 12 e 13 de Novembro, província de Maputo.

O Conselho de Fiscalidade aprovou o seu Regulamento Interno, tendo, ainda, aprovado a indicação do porta-voz e relator daquele órgão.

Ao longo das sessões foram apresentadas informações e debatidos os temas que se seguem:

Temas:

- Reforma Fiscal e Aduaneira (Redimensionamento das Áreas Fiscais; Uso de fardamento para Funcionários nos Balcões de Atendimento ao Público; e Serviço de Atendimento ao Público);
- Projecto de Criação da Câmara de Despachantes Aduaneiros;
- Integração Regional – Implementação do Calendário de Liberalização e Cenários dos Impactos da Implementação do Calendário de Liberalização.

Legislação:

- Principal Legislação que rege a AT;
- Plano Estratégico da AT;
- Plano de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação;
- Desafios do Gabinete de Comunicação e Imagem da AT;
- Projecto de Formação da AT;
- Aplicação dos 7 milhões de Meticais nos Distritos;
- Papel das Autoridades Locais no Registo dos Contribuintes e na Cobrança dos Impostos;
- Revisão da Pauta Aduaneira no Âmbito da Integração Regional;
- Bancarização do Imposto;

- Estratégia de Gestão de Estâncias Aduaneiras, Terminais e Postos Fronteiriços;
- História dos Despachantes Aduaneiros e Experiência na Relação com as Alfândegas;
- Projecto de Criação da Câmara dos Despachantes;
- Experiência Local nas Províncias de Tete e Manica na Implementação da Política Fiscal;
- Ponto de Situação dos Terminais e Postos Fronteiriços – Fronteira de Namaacha e Fronteira de Paragem Única;
- Ponto de Situação da Introdução de NUIT's;
- X Conferência Nacional do Sector Privado;
- Constituição de Grupos Especializados;
- Plano de Eventos do Conselho de Fiscalidade e Orçamento para o ano de 2008.

Palestras:

- Reforma Fiscal e Aduaneira – Pacotes legislativos, Revisitação dos Modelos Declarativos em Uso e Reflexão sobre o Défice Orçamental;
- Contribuição de Cidadãos Moçambicanos na Diáspora na Arrecadação da Receita;
- Impacto da Integração Regional na Arrecadação das Receitas;
- Papel da Modernização do Sistema Fiscal na Eficácia da Carteira de Receitas Públicas;
- Sociologia Tributária;
- Relato de Experiências de Funcionários da AT com mais de 25 Anos de Serviço;
- Sistema Paramilitar das Alfândegas.

Outros Eventos:

- Realização do I Seminário Nacional de Execução da Política Fiscal e Aduaneira (24 a 26 de Fevereiro), na cidade da Matola, sob o lema “Autoridade Tributária de Moçambique: Bem Servir o Contribuinte para Engradecer Moçambique.

3.5. Área de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional

No ano de 2007, a Autoridade Tributária, através do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional, realizou as seguintes actividades:

No âmbito da simplificação do sistema tributário, bem como da redução da sua complexidade:

- Conclusão da avaliação do actual sistema tributário, iniciada em Março/2006, em particular, no que se refere ao IVA-1999 e IRPS e IRPC-2003, de que resultou a aprovação pela Assembleia da República das Leis que alteram os Códigos do IVA, do IRPC e do IRPS;
- Conclusão da reformulação e a aprovação do novo Código do Imposto sobre Sucessões e Doações, adoptando-se taxas moderadas e simplificando os procedimentos para a sua determinação e pagamento;
- Conclusão da reformulação e aprovação da Lei de Finanças e Património das Autarquias, que introduz alterações à anterior Lei das Finanças Autárquicas;

- Continuidade do alinhamento da legislação nacional às Convenções Internacionais, em particular à Convenção de Kyoto, na simplificação de procedimentos aduaneiros.
- Revisão da legislação sobre os benefícios fiscais, na área de recursos naturais (minas e petróleo), com a aprovação das Leis n.º 11, 12 e 13/2007, todas de 27 de Junho, inseridas no Boletim da República, I Série;
- Elaboração e aprovação pelo Ministro das Finanças dos diplomas sobre regimes aduaneiros de Cabotagem, Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco e Lojas Francas;
- Elaboração do Código do Processo Tributário, que integra o Contencioso Aduaneiro;
- Elaboração e aprovação dos modelos de declaração do IRPS (declaração M/10), do IVA (declaração M/A) e do modelo 20 do IRPC, para simplificação dos procedimentos e proporcionar aos contribuintes formulários mais cómodos na declaração dos seus rendimentos;
- Conclusão do desenho do sistema de pagamento via bancária (rede de cobrança), no âmbito do PDTI, com a aprovação do B. Case do E-Tributação;
- Elaboração e aprovação do Plano de Gestão da Autoridade Tributária para 2007 e elaboração e submissão para aprovação do Plano de Gestão para 2008;
- Assinaturas dos acordos e convénios internacionais relativas a matéria ligadas a dupla tributação e evasão fiscal com Macau e África do Sul e negociação dos mesmos com a Índia e Botswana;
- Elaboração da proposta da previsão de receitas - Orçamento do Estado para 2008 - e sua introdução no MEO-Módulo de Execução Orçamental para a sua validação;
- Participação no processo de avaliação da Gestão das Finanças Públicas, na área da Autoridade Tributária e, ainda, nos diversos trabalhos de diversas missões do FMI que estiveram em Moçambique;
- Emissão de pareceres sobre matéria fiscais diversas;
- Participação nos trabalhos de elaboração do estudo sobre o desarmamento tarifário e o seu impacto nas receitas fiscais e na actualização das Tabelas de Retenção na fonte do IRPS a vigorar a partir de Janeiro de 2008;
- Participação em acções de formação em matérias fiscais e na elaboração dos Regulamentos Interno da Autoridade Tributária e do Sistema de mérito;
- Conclusão e aprovação dos termos de referência para a contratação de consultores para prestar assessoria no processo de introdução das IFRS;
- Realização de estudos sobre a problemática dos reembolsos em sede do IVA e Impostos sobre o Rendimento;
- Realização de estudo sobre a criação de um regime simplificado de tributação dos pequenos contribuintes;
- Participação e produção de vários documentos técnicos em preparação de eventos internacionais, regionais, bilaterais e nacionais, realizados fora e dentro do país sobre questões tributárias e aduaneiras nomeadamente na:
 - o Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral SADC;
 - o Região Austral e Oriental de África, da Organização Mundial das Alfândegas;
 - o Reuniões preparatórias de Task Force para o estabelecimento da Zona de Comércio Livre da SADC em 2008 e da União Aduaneira em 2010;
 - o Preparação dos Acordos de Parceria Económica entre os países da África, Caraíbas e Pacífico e a União Europeia;

- Reuniões Bilaterais entre a Autoridade Tributária com outras instituições do Estado e suas congéneres;
 - Sessões de verificação e análise do grau de implementação dos acordos existentes ou memorandos de entendimento com vista ao seu melhoramento, ou mesmo estudo da possibilidade da assinatura de novos acordos ou memorandos para áreas que ainda careçam deste tipo de instrumentos; e
 - Seminários nacionais com operadores económicos e instituições públicas.
- Participação nas Reuniões conjunta dos Ministros do Comércio e das Finanças da SADC realizada em Julho de 2007 em Maputo, na qual se tomaram importantes decisões sobre as questões de implementação prática do Protocolo Comercial nos Países membros, e a necessidade de aplicação urgente dos instrumentos aduaneiros e planos de actividades com vista a facilitação de todo o trabalho preparatório para o estabelecimento da Zona do Comercio Livre da SADC, já entrado em vigor à 1 de Janeiro de 2008; a preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC de 2008, que teve lugar em Lusaka, Republica da Zâmbia;
 - Participação nas actividades do Fundo Comum da AT, tendo-se alcançado progresso significativo com a assinatura do Memorando de Entendimento e consequente desembolso do valor referente a contribuição do DFID;
 - Negociações com outros doadores, nomeadamente a Bélgica, Suíça e Alemanha estão em progresso, aguardando-se com expectativa que possam honrar os seus compromissos;
 - Participação em reuniões técnicas relevantes de politica tributária e aduaneira no âmbito SADC –APE sobre os Acordos de Parceria Económica com a União Europeia, com destaque para as questões relativas à: Regras de Origem; Cooperação Aduaneira e Facilitação do Comércio; Comércio de Serviços; Assuntos da Nova Geração, e Capacitação Institucional, que inclui a preparação e consolidação das necessidades da AT, tendo apresentado contribuições válidas durante as negociações as quais foram posteriormente acolhidas por unanimidade pelos distintos delegados, para melhoria do Texto Geral do Acordo SADC / União Europeia nos capítulos inerentes;
 - Participação nos trabalhos da Equipa Técnica especializada na Pauta Aduaneira, em preparação da Oferta diferenciada dos países da SADC à União Europeia, e em preparação da Reunião dos Ministros do Grupo SADC-APEs, realizada de 12 à 19 Outubro de 2007, no Centro de Conferência Joaquim Chissano em Maputo;
 - Participação em reuniões de concertação com o Ministério do Comércio em preparação prévia de reuniões do Fórum de Negociações do Comércio da SADC, análise de estratégias de negociação adoptadas ao nível da SADC com vista a preparação de parecer e posterior submissão ao nível dos Ministros responsáveis por assuntos de economia nas negociações da SADC com a União Europeia no âmbito dos acordos de parceria económica, designadamente: Finanças; Comércio; e Planificação e Desenvolvimento;
 - Assistência ao Gabinete do Senhor Presidente da Autoridade Tributaria na preparação do Seminário sobre a Integração Regional da SADC que teve lugar na Universidade Pedagógica na Cidade da Beira, no qual participaram estudantes, sociedade civil, funcionários públicos e Membros do Governo Provincial e Distrital;

- Participação na preparação das visitas do Senhor Presidente da Autoridade Tributária nas regiões Norte, Centro e Sul, onde se reuniu com os seus homólogos da Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Swazilândia, nas quais várias recomendações e decisões foram feitas sobretudo nas áreas de controlo tributário e aduaneiro, incluindo a necessidade de estabelecimento de fronteiras de paragem única com todos os países limítrofes. Nesta conformidade, organizamos e acolhemos nos dias 19 e 20 de Julho de 2007 em Maputo, um Workshop sobre o estabelecimento do Posto de Paragem Única na fronteira, Ressano Garcia/Lebombo, entre Moçambique e a África do Sul.
- No âmbito da Organização Mundial das Alfândegas, participação nas reuniões do Comité de Direcção para a Região Austral e Oriental de África com papel acrescido de Presidente do Grupo Técnico daquele órgão na sua 7ª Sessão Ordinária realizada nos dias 30 de Outubro à 1 de Novembro de 2007 na Namíbia, tendo presidido a sessão com competência e diligências requeridas, para além da participação na 58ª Reunião da Política Económica da OMA que teve lugar de 6 à 8 de Dezembro de 2007 em Almaty, Kazaquistão em representação do Exmo. Senhor Director Geral das Alfândegas;
- No âmbito da implementação das actividades da OMA pelo Gabinete do Vice presidente, acolheu em simultâneo a reunião dos funcionários técnicos designados como pontos de contacto nos sectores de inteligência nos países, bem como um curso de formação promovido pelo Escritório Coordenador de inteligência sediado em Nairobi no Kenia;
- No seu esforço de desenvolver parcerias com instituições dos países da África realizou-se nos dias 10 e 11 de Janeiro de 2008, em Cape Town, República da África do Sul a 4ª reunião do Fórum sobre Administrações de Impostos para estudo e reflexão sobre a tendência global de desenvolvimento de negocio e as suas implicações para as Administrações de Impostos.
- Negociações técnicas com o governo da República do Botswana do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento;

3.6. Área do Controlo Interno

Ao longo do ano em análise, no âmbito da inspecção técnica, realizaram-se várias actividades, sendo de destacar:

- Análise dos processos de contabilidade das UGC's, DAF's e JPEF's do exercício de 2006 e remessa à DGI com vista à elaboração da Conta Geral do Estado do exercício de 2006;
- Realização de balanços de transição de gerência nas zonas norte, 3; centro, 6; e uma no sul.
- Realização conjunta de inspecção e auditoria financeira às contas das Direcções Gerais das Alfândegas e de Impostos, da qual foram constatadas algumas anomalias tendo sido produzidas respectivas recomendações com vista a melhoria no funcionamento dos serviços;
- Realização de trabalhos de inspecção por amostragem sobre o Imposto sobre Veículos (ISV) na DAF do 1º Bairro e na Unidade de Grandes Contribuintes, ambos

de Maputo com vista a apurar as causas da tendência decrescente deste imposto, cujos resultados e recomendações constam do respectivo relatório;

- No concerne ao controlo de auditoria tributária, foram concebidos 59 (cinquenta e nove) mapas de controlo sistemático das principais actividades desenvolvidas no âmbito dos (i) benefícios fiscais, (ii) das fiscalizações e auditorias tributárias e pós-desembaraço, (iii) do movimento dos processos de contencioso tributário e aduaneiro, (iv) do movimento dos processos das execuções fiscais, (v) do movimento dos pedidos de reembolsos do IVA e dos impostos sobre o rendimento e (vi) do movimento das correcções da matéria colectável efectuadas pela DGI, no acto de confirmação dos processos de contas dos contribuintes com contabilidade organizada;
- No âmbito de inteligência tributária, foram definidos e configurados os modelos de produção de informação de análise comportamental e definido e estruturado a rede informática da Direcção de Inteligência Tributária.
- Relativamente à política anti-corrupção, durante o período em análise, foram recebidos 17 processos tendo sido tratados e concluídos 16, que resultaram na participação de 25 funcionários da AT, 2 despachantes e 1 funcionário da INTERTEK;
- No que respeita à acções contra irregularidades, foram recebidos 24 processos dos quais 20 disciplinares e 4 de inquérito, tendo sido enviados para despacho 34 processos, nos quais se encontram envolvidos 39 funcionários, com as propostas de demissão (1 funcionário), despromoção (3 funcionários), repreensão pública (7 funcionários), advertência (4 funcionários), multa (7 funcionários) e arquivamento (17 funcionários);
- Elaboração do primeiro “draft” do Código de Conduta da AT;
- Elaboração do Plano de Promoção de Integridade e combate a Corrupção submetido à aprovação superior;
- Revisão, no âmbito de acções contra irregularidades, de processos que se encontravam pendentes e elaboração de informação sobre o estágio de cada um dos mesmos.
- Controlo diário da execução da receita do Estado;
- Elaboração de estatísticas e relatórios de execução de receitas designadamente: (i) posição diária da cobrança dos impostos internos e aduaneiros; (ii) relatórios trimestrais de execução das receitas para incorporação nos Relatórios de Execução Orçamental pela Direcção Nacional da Contabilidade Pública; e (iii) relatórios de execução das receitas para incorporação no relatório do balanço do PES.
- Participação na elaboração da previsão de receitas no âmbito da preparação do Orçamento para 2008;
- Elaboração do plano de gestão e dos perfís das direcções de serviços;
- Elaboração do Plano de Promoção de Integridade e combate à Corrupção;
- Treinamento dos funcionários nos sistemas TIMS, SICR e NUIT;
- Participação em vários júris dos concursos para o fornecimento de bens e serviços à AT;
- Coordenação e acompanhamento do projecto de estabelecimento da Fronteira de Paragem Única em Ressano Garcia/Lebombo;
- Acompanhamento e coordenação dos trabalhos relativos à normalização da atribuição dos NUITs em todo o País;

- Gestão e acompanhamento das negociações sobre as tarifas relativas à Inspeção Não Intrusiva de Mercadorias;
- Coordenação e acompanhamento do projecto para a construção da vedação na fronteira da Namaacha;
- Acompanhamento do dossier relativo a franquia dos mineiros;
- Participação nas reuniões do Governo com a missão do Fundo Monetário Internacional;
- Realização de diversas actividades no âmbito da bancarização do imposto;

3.7. Área de Serviços Comuns

3.7.1. Recursos Humanos e Administração e Finanças

3.7.1.1. Recursos Humanos

Para a prossecução das suas atribuições no ano 2007, a Autoridade Tributária contou com a colaboração de 2.735 funcionários, dos quais 1.718 são da carreira aduaneira e 1.017 da carreira tributária. Deste total, inclui-se 140 contratados, 30 em vias de aposentação por limite de idade e 16 que cessaram o desconto para aposentação por terem completado 35 anos de serviço, ao abrigo do artigo 238 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado. E, em termos de género, 2.128 são homens e 607 mulheres, representando 77,8% e 22,2%, respectivamente, conforme ilustra a **tabela 21** seguinte. Informação mais detalhada é desenvolvida no **anexo 3**.

Tabela 21: Distribuição de pessoal da AT, por carreira

Carreira	Situação	Género		Total
		Feminino	Masculino	
Tributária	Quadro	405	604	1.009
	Em vias de aposentação por limite de idade	1	7	8
	Sub total	406	611	1.017
Aduaneira	Quadro	174	1.433	1.607
	Contratados	24	49	73
	Que não descontam para aposentação	1	15	16
	Em vias de aposentação por limite de idade	2	20	22
	Sub total	201	1.517	1.718
Total		607	2.128	2.735

No que se refere aos níveis académicos, dos 2.735 funcionários, 15,3% possui formação superior; 17,9% ensino técnico médio; 40,0% ensino médio geral; 22,8% ensino básico; e 4,0%, com nível inferior ao nível básico. Quanto à localização, 27,7% estão a exercer as suas funções nos órgãos centrais; 37,8% na Região Sul; 20,3% na Região Centro; e 14,2% na Região Norte. Em anexo, os mapa que espelham de forma detalhada o local onde os funcionários se encontram a prestar serviços, bem como os respectivos níveis académicos.

3.7.1.2. Administração e Finanças

Durante o exercício económico de 2007, a área de finanças realizou as seguintes principais actividades:

- Execução do orçamento da AT em conformidade com os limites estabelecidos, realizando despesas a nível central e procedendo aos adiantamentos necessários aos diversos centros de custos, nomeadamente as sedes das direcções regionais sul, centro e norte que, por sua vez, tinham a responsabilidade de afectar os recursos financeiros recebidos, a nível de cada unidade operacional da região tendo em consideração as prioridades e necessidades institucionais dos respectivos locais, bem como a elaboração e análise dos respectivos relatórios de execução;
- Elaboração e divulgação dos procedimentos de execução do orçamento no âmbito do funcionamento da AT;
- Elaboração da proposta adicional do orçamento da AT para 2007 tendo em consideração as necessidades para o seu funcionamento;
- Actualização da designação e dos assinantes das contas bancárias da DGA e DGI para a “AT”;
- Realização de um seminário de coordenação entre a Direcção Geral dos Serviços Comuns e as Direcções Regionais;
- Introdução da modalidade de pagamento por via directa no âmbito do e-sistafe o que permite maior celeridade no processo.

O orçamento da AT para 2007 resultou da junção dos orçamentos da ex-DGA e da ex-DGI, tendo na fase inicial de funcionamento da instituição, a configuração que se mostra na **tabela 22** a seguir.

Tabela 22 Comparação entre os orçamentos proposto e aprovado 10³Mt

Classificação Económica	Descrição	Dotação proposta	Valor Aprovado	Variação	Variação %
1	Despesas com o pessoal	882.401,55	637.778,80	-244.622,75	0,72
111000	Salários e remunerações	852.067,16	606.744,41	-245.322,75	0,71
112000	Outras despesas com o pessoal	30.334,39	31.034,39	700,00	1,02
120000	Bens e Serviços	318.084,54	231.527,87	-86.556,67	0,73
14	Transferências correntes	2.258,87	2.258,87	0,00	1,00
140000	Transferências correntes	2.258,87	2.258,87	0,00	1,00
16	Outras despesas Correntes	130.693,90	103.177,34	-27.516,56	0,79
16000	Outras despesas Correntes	130.693,90	103.177,34	-27.516,56	0,79
21	Despesas de Investimento	209.401,60	137.673,32	-71.728,28	0,66
211002	Edifícios	209.401,60	137.673,32	-71.728,28	0,66
	TOTAL GERAL	1.542.840,46	1.112.416,20	-430.424,26	0,72

As variações negativas registadas na Tabela A reflectem valores a menos em relação à proposta da AT para o exercício económico de 2007, o que criou sobressaltos na execução orçamental, obrigando a reajustamentos dos limites fixados.

A partida, o orçamento configurava-se insuficiente para o cumprimento da missão institucional em todas as suas dimensões, o que obrigou que fossem tomadas medidas de

gestão rigorosa, direccionando os recursos para as áreas prioritárias, sobretudo as operativas, tendo em vista a garantia do cumprimento das metas de receita.

3.7.1.2.1. Execução do Orçamento

Para a execução do orçamento de funcionamento foi elaborado um plano e distribuído pelos diferentes centros de custos, como se pode observar na Tabela 23. Relativamente ao orçamento de investimento a sua execução é feita centralmente e em coordenação com as regiões para a implementação dos projectos a nível de cada uma das regiões, via requisição de fundos para o pagamento das despesas em função do desenvolvimento que fosse sendo alcançado na implementação dos diferentes projectos.

Classif. Orç	Designação da Despesa	Dotação Orçamental	Orçamento Disponível	Dot. Orç. DRS	Dot. Orç. DRC	Dot. Orç. DRN	Dot. Orç. AT-SEDE
11	Desp. C/ o pessoal	637.778,80	543.663,70	4.922,67	5.930,95	5.483,44	530.430,07
111	Salários e remun.	606.744,41	515.732,75	0,00	0,00	0,00	515.732,75
112	Outras desp.c / o pessoal	31.034,39	27.930,95	4.922,67	5.930,95	5.483,44	14.697,32
12	Bens e Serviços	231.527,87	208.375,08	36.168,58	29.960,80	30.422,72	135.475,76
121	Bens	75.007,29	67.506,56	13.211,31	11.788,41	11.545,80	38.961,77
122	Serviços	156.520,58	140.868,52	22.957,27	18.172,39	18.876,92	96.513,99
14	Transf. correntes	2.258,87	2.032,98	155,43	108,24	93,84	1.901,36
16	Outras desp. correntes	103.177,34	103.177,34	0,00	0,00	0,00	103.177,34
21	Despesas de capital	137.673,32	129.703,92	0	0	0,00	137.673,32
	Total Geral	1.112.416,20	986.953,03	41.246,68	36.000,00	36.000,00	908.657,85
	Valor mensal	22.068,43	19.861,58	3.437,22	3.000,00	3.000,00	12.672,87

No processo de execução do orçamento para 2007, a AT teve um reforço orçamental no montante de 93.767,71 mil Mt, direccionado para as rubricas de salários e remunerações e de investimento, como se pode ver na coluna (c) do mapa DF I, **anexo 4**. Assim, a dotação disponível foi acrescida no referido montante passando para 1.189.465,39 mil Mt, como mostra a coluna (d) de dotação final.

A execução do orçamento da AT situou-se na ordem de 1.124.254,95 mil Mt, equivalente a 94,52% da dotação final. A seguir passamos a apresentar o grau de execução por principais rubricas:

3.7.1.2.2. Salários e Remunerações

As despesas com salários e remunerações situaram-se na ordem de 99,82% em relação a dotação final, correspondendo a um montante de 648.313,30 mil Mt. Em relação aos fundos provenientes do Tesouro foi necessário para a cobertura das despesas até Dezembro, a libertação do cativo obrigatório e ainda um reforço no montante de 42.708,15 mil Mt, tendo sido executado na totalidade. O remanescente provém do valor alocado com recurso a receita consignada, do qual foi apenas executado cerca de 24%, por insuficiência de fundo colectados como resultado da sobredotação da rubrica na componente receita.

Ainda no período em análise foi efectuado o pagamento de retroactivos, sendo o primeiro grupo composto por 107 funcionários cujos processos foram enviados a DNCP dos quais 97 já foram pagos num montante total de 8.956,03 mil Mt e os restantes estão ainda em apreciação;

O segundo grupo era composto por 41 funcionários cujo valor envolvido era de 4.514,13 mil Mt. Dada a exiguidade de fundos foi programado o seu pagamento em 3 prestações com recurso a receitas próprias, tendo as duas primeiras nos montantes de 1.994,46 mil Mt e 1.111,11 mil Mt sido pagas no mês de Dezembro. A última no valor de 1.408,56 mil Mt será paga logo que houver disponibilidade financeira.

3.7.1.2.3. Outras despesas com o pessoal

A execução desta rubrica foi de 22.629.12 mil Mt equivalente a 81.02% da dotação final.

3.7.1.2.4. Bens e Serviços

O valor inscrito na rubrica de bens e serviços foi de 231.527,87 mil MT incluindo o valor do cativo obrigatório. A sua execução atingiu o montante de 230.874,92 mil Mt, sendo em termos percentuais 99,82 em relação a dotação final e o saldo igual a 407,95 mil Mt. Nesta rubrica a execução foi satisfatória.

3.7.1.2.5. Despesas de capital

Os projectos inscritos no OE para 2007 totalizavam um montante de 137.673,32 mil meticais, do qual 79.683,65 mil Mt com recursos do Tesouro, 16.400,00 mil Mt com recurso a receitas próprias, 20.778,50 mil MT com recurso a receitas consignadas e 20.811,17 mil meticais com recurso a donativos externos, como mostra o Mapa DF II, coluna (b), do **anexo 4**.

A verba de investimento foi executada em 78,58% relativamente a dotação final. O baixo nível de execução registado deveu-se ao facto de a fonte de recurso para os projectos (i) ampliação da fronteira de R. Garcia (8.400.000,00 Mt), (ii) abertura de furo e construção de moradia na Ponta D'ouro (20.778.500,00 Mt) terem sido programados muito acima da real capacidade de cobranças nas receitas consignadas e próprias e devido ao não desembolso atempado de fundos pelos doadores no projecto (iii) Suporte a Reforma Tributária (20.811.170,00 Mt).

Expurgando-se o défice da cobrança das receitas Consignadas e Próprias e o montante que serviria para o Suporte a Reforma Tributaria, proveniente dos doadores e que não chegou a ser disponibilizado em 2007, a execução da despesa de capital seria de 96,66%.

Refira-se que a rubrica de despesas de capital, em termos de recursos do tesouro, beneficiou de um reforço no montante de 51.059,56 mil Mt para construções, assim distribuídos:

Refira-se que a rubrica de despesas de capital, em termos de recursos do tesouro, beneficiou de um reforço no montante de 51.059,56 mil Mt para construções, assim distribuídos:

- Complexo Habitacional de Nacala - 24.628,34 mil Mt;
- Reabilitação das DAF's - 3.349,54 mil Mt;
- Vedação da fronteira de Namaacha - 6.975,54 mil Mt;
- Construção de escritórios modulares de R. Garcia - 15.336,05 mil Mt;
- Ampliação da RENA - 470,08 mil Mt; e
- Construção de Moradias e Posto Fiscal de Tete - 300,00 mil Mt.

Com o reforço orçamental obtido, a dotação da rubrica de despesas de capital com recursos do Tesouro passou para 181.642,16 mil Mt, tendo o nível de execução fixando-se em 98,25%, relativamente a dotação final.

No ano de 2007 também foram pagas dívidas transitadas do exercício económico de 2006 referentes aos projectos Complexo Habitacional de Nacala (fases II e III) e de construção de Escritórios Modulares de Ressano Garcia nos montantes de 14.024,90 mil Mt e 14.672,61 mil Mt, respectivamente.

3.7.1.2.6. Receitas Consignadas e Próprias

A AT dispõe para além dos recursos do Tesouro, das receitas próprias e consignadas, provenientes das cobranças de Multas, Deslocações, Impressos, Taxa de Trânsito, Custas Executivas, Imposto Especial sobre o Jogo e Taxa dos Serviços Aduaneiros. Estes fundos são utilizados para suportar as despesas tanto de funcionamento como de investimento de acordo com a programação orçamental interna. A sua execução depende do nível de cobrança.

Os valores planificados para a colecta de receitas consignadas e próprias foram de 27.619,00 mil Mt e 49.497,00 mil Mt, respectivamente. Durante o exercício foi efectivamente colectado o montante total de 67.839,67 mil Mt, sendo 10.629,41 mil Mt, referente a receitas consignadas e 57.210,26 mil Mt referente a receitas próprias, do qual se executou 60.200,74 mil Mt, correspondente a 88,74%, tendo o remanescente transitado para o exercício económico de 2008. Os detalhes da colecta e da execução podem ser obtidos nos mapas DF III e IV, **anexo 4**.

Estas receitas contribuíram significativamente na realização de actividades de ampliação e modernização de infra-estruturas da AT e de outras despesas correntes.

3.7.1.2.7. Avaliação global da execução orçamental

Tendo em consideração os reforços orçamentais obtidos e a despesa efectivamente realizada e expurgando-se da dotação final os valores que dependiam da contribuição dos doadores e que não foi realizada, bem como a dotação da despesa que dependia da colecta de receitas consignadas e próprias, a execução total do orçamento da AT passaria

para 98,79%, o que se considera um bom nível de execução orçamental. Este nível de execução representa o nível de utilização dos recursos efectivamente postos a disposição da AT para a realização da despesa.

3.7.1.3. Logística e Infra-Estruturas

3.7.1.3.1. Inventariação dos bens patrimoniais da AT

Foi feito um inventário geral à nível nacional, de todos os bens móveis, imóveis, veículos e equipamento informático existentes afectos à instituição, cujo resultado, em termos quantitativos, encontra-se apresentado no **anexo 5**.

O processo de inventariação dos bens da AT, foi antecedido de uma preparação que consistiu na elaboração de modelos de fichas necessárias e do documento metodológico para o efeito. A realização do primeiro inventário permitiu o conhecimento global da situação do património da instituição, o que facilita uma melhor programação e decisão sobre novas aquisições, construções e reabilitações. Todavia, o inventário realizado, carece de valoração aguardando-se pela decisão da Direcção Nacional do Património do Estado (DNPE) que deverá criar os instrumentos legais para o efeito.

Deu-se início ao processo de abate de bens patrimoniais em estado obsoleto, tendo sido identificados os bens em causa e criada uma comissão de verificação da sua incapacidade em cumprimento do artigo 46 do Decreto 23/2007 de 9 de Agosto.

3.7.1.3.2. Provisão de bens e serviços necessários ao funcionamento eficiente da AT

Com vista ao melhoramento dos serviços de fiscalização e de diligências foram adquiridas 20 motorizadas, tendo sido distribuídas pelas três regiões, sendo 9 para o norte, 9 para o centro e 2 para o sul.

Com vista a dotar os funcionários de conhecimentos e habilidades em matéria do procedimentos nos termos do Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro, foram formados e capacitados 60 funcionários da AT em matéria de procedimento de *procurement*.

3.7.1.3.3. Gestão e utilização racional do património da AT

Tendo em vista uma correcta utilização do património da Autoridade tributária, bem como a racionalização da despesa e ainda a harmonização de procedimentos, o Conselho Directivo aprovou os seguintes instrumentos regulamentares internos, que são de observância obrigatória em todos os órgãos da Autoridade tributária e pelos seus funcionários:

- Regulamento de Utilização de Complexos Residenciais, Casas de Serviço e Escritórios da Autoridade tributária;
- Regulamento de Uso de viaturas da Autoridade tributária;
- Regulamento de Uso de Telefones Celulares.

3.7.1.3.4. Gestão do Parque imobiliário da AT

Identificado e classificado o património imóvel da AT, durante o ano de 2007, foram feitas intervenções com vista a melhoria do seu estado de conservação que consistiram na:

- Realização de trabalhos de manutenção preventiva de instalações onde funcionam os órgãos da AT;
- Concepção e execução de projectos de construção de obras de raiz (escritórios e moradias), com vista a melhoria das condições de trabalho e habitacionais dos funcionários afectos em diversas unidades operativas da AT, incluindo zonas distantes dos centros urbanos e de difícil acesso;
- Reabilitação e remodelação para a optimização dos espaços interiores nos escritórios dos órgãos da AT;
- Execução de projectos de melhoria da qualidade da energia eléctrica fornecida aos escritórios da AT;
- Reparação de danos nos imóveis da AT atingidos pelo ciclone “Fávio” no Município de Vilankulos;
- Levantamento e avaliação de danos em infra-estruturas sociais dos funcionários e escritórios da AT, em resultado das explosões do paiol de Mahlazine;
- Levantamento e avaliação dos danos em infra-estruturas dos funcionários da AT resultantes das explosões do paiol de Mahlazine;
- Solicitação e regularização de terrenos para a construção de infra-estruturas da AT nas províncias de Cabo Delgado, Manica, Tete, Sofala e Maputo e a respectiva elaboração de anteprojectos;
- Acompanhamento técnico na negociação de parcerias para o uso racional de infra-estruturas da AT por outras entidades na Ilha de Moçambique e Tete;
- Monitoramento técnico na negociação do financiamento do projecto para a construção da sede da AT na cidade de Maputo.

Detalhes das diversas intervenções efectuadas encontram-se no **anexo 5**, ao presente relatório.

3.7.1.3.5. Meios circulantes

A frota de viaturas da AT em 2007 foi de 368 das quais 268 unidades em circulação e 100 por abater. Das em circulação 42 são de alienação e as restantes de serviço. Existem igualmente 30 motorizadas em circulação e 25 paralizadas a serem sujeitas ao abate.

Refira-se que no geral a problemática do défice de meios afecta em grande medida o desempenho da AT em particular na área operacional, atendendo-se que os parques meios ainda em circulação, apresentam-se em estado avançado de degradação, requerendo uma reposição dado ao mau estado técnico em que se encontram.

3.7.1.4. Tecnologias de Informação

3.7.1.4.1. Desenvolvimento Profissional dos Técnicos de informática e sua Integração na Área

Durante o ano de 2007 foram planificadas e realizadas várias acções visando com que os técnicos se familiarizassem e fortalecessem os seus conhecimentos na utilização e manutenção dos diversos aplicativos informáticos existentes na Autoridade Tributária. Em particular estas acções incidiram no seguinte:

- Formação tendo em vista a compreensão da legislação inerente à criação e funcionamento da Autoridade Tributária e legislação fiscal e aduaneira;
- Formação em Regras de Desembaraço Aduaneiro;
- Formação no Sistema TIMS – Desenho e Funcionamento dos seus Módulos;
- Formação no Sistema SICR - Base de Dados, - IRPS/IRPC, - Receita
- Formação em Base de Dados NUIT - Desenho e Funcionamento;
- Qualidade da Informação e Impacto de DU's Pendentes;
- Fundamentos de ITIL e Gestão de Processos de IT
- Gestão de Perfis de Riscos
- *Service Desk* e Rede da AT
- Estudo de processos de segurança de informação (*backups*), segurança física e lógica.

Esta formação especializada beneficiou a todos os técnicos informáticos da Autoridade Tributária afectos na área

3.7.1.4.2. Funcionamento e disponibilidade dos Sistemas Informáticos

a) Sistema de Comunicações

A necessidade de estender muito rapidamente os serviços da RENA – Rede Nacional da Autoridade Tributária aos novos sectores resultantes da criação da AT, exigiu a mobilização de grande parte dos técnicos durante o primeiro semestre para a criação de novas redes locais e configuração de novos utilizadores num total de 493, para além do seu treinamento básico sobre o uso da RENA.

Paralelamente, como medida para assegurar a robustez da RENA, foram realizadas inúmeras intervenções profiláticas tanto nos servidores centrais como nos das redes locais, tendo, em consequência, sido solicitado aos operadores de terminais para melhorar as condições dos locais que albergam estes equipamentos nomeadamente TIMAR, TIAUTO I, TIRO e Multimodal. Destes, apenas o operador do TIRO respondeu satisfatoriamente.

Foi realizado um trabalho técnico de análise das configurações actuais e preparação para a migração da RENA para a plataforma Windows 2003. Este trabalho prossegue e irá culminar com o redesenho de toda a rede com novo domínio @at.gov.mz recentemente registado para suportar a integração de todas as redes locais da Autoridade Tributária

ainda fora da RENA, tais como: DAF e postos fronteiriços remotos e ampliação de largura de banda em alguns troços.

b) Sistema TIMS

Com vista a acomodar as alterações ditadas pela legislação no que concerne às alterações de taxas e desdobramentos à pauta aduaneira, foram introduzidas as devidas alterações no sistema. As de maior destaque verificaram-se nas taxas de direitos de importação de 25 para 20%, realizadas no mês de Janeiro de 2007, e as alterações pautais de Dezembro de 2007, visando a redução da taxa máxima de 20% para 10% e depois para 0%, relativamente as importações certificadas da SADC.

Durante o período em referência, foi igualmente operacionalizado o Módulo de Isenções em todas as Estâncias ligadas à RENA, sendo o envio destas feito electronicamente. Ainda com o mesmo objectivo, foi estendido para as Alfândegas da Beira e de Nacala o Módulo de Receita e Contabilidade do TIMS, que permite o envio electrónico das notas de rendimento. No mesmo período procedeu-se igualmente a extensão do sistema TIMS à zona franca de MOMA, em Nampula.

c) Sistema SICR (Sistema Integrado de Cobrança de Receitas)

Este sistema está em pleno funcionamento nas 19 DAFs, por ele cobertos, ao nível de todo país, exceptuando três avarias de relevo, envolvendo servidores na Beira e Manica. O sistema beneficiou de varias alterações no âmbito do contracto de manutenção correctiva então em curso. Importa referir que vários trabalhos de configuração foram realizados com vista a acomodar a criação de nova DAF na Av^a. Josina Machel, em Maputo, a qual se espera que entre em funcionamento no primeiro semestre de 2008.

d) Sistema NUIT (Número Único de Identificação Tributária)

Relativamente a este sistema, um dado de realce foi a atribuição de acesso directo a UTRAFE. Ainda, no ano em análise, foi realizado o recenseamento dos funcionários públicos em que o elemento relevante para tal era o NUIT. Durante este processo verificaram-se alguns constrangimentos com a velocidade de acesso ao sistema devido ao facto de muita afluência de funcionários nas DAFs para o registo, tendo o sistema voltado a normalidade, após a conclusão da campanha de recenseamento de funcionários e atribuição de NUITs.

e) Sistema PHC

Fez-se a extensão do acesso ao Módulo de Finanças para as Direcções Regionais Centro e Norte, com finalidade de permitir a utilização desta ferramenta no tratamento, a nível local, dos processos de despesa, extracção de mapas de execução orçamental, receitas e depósitos gerais locais.

O processo de análise de requisitos para a criação de Base de Dados PHC única para a Autoridade Tributária foi concluído com sucesso, devendo o processo de parametrização

ser realizado e concluído no primeiro trimestre de 2008. A base de dados única ajustada ao estatuto e procedimentos internos da Autoridade Tributária deverá permitir a melhor visualização dos processos e sua gestão nas áreas de Recursos Humanos, Finanças, frota de transportes e controlo de stocks.

f) Sistema de Controlo de Memorandos

O sistema de memorandos ainda não responde às actuais necessidades da área operacional, contudo grande parte das alterações propostas foram incorporadas neste sistema.

A solução definitiva à vista será a implementação da Janela Única Electrónica, cuja operacionalização inclui o melhoramento das infra-estruturas e equipamentos nos locais onde funciona presentemente este sistema. De referir que grande parte das avarias detectadas, tanto no software como no equipamento, resultam das precárias condições no terreno, que incluem: a falta de gerador, o funcionamento deficiente dos aparelhos ar condicionados, a deficiência da cablagem, a falta de protecção de equipamentos contra humidade, poeiras e outros aspectos mínimos para ambientes informatizados.

3.7.1.4.3. Controlo de Qualidade e desempenho dos Sistemas

O controlo de qualidade tem sido feito, tanto ao nível dos sistemas, dos serviços colocados à disposição dos diferentes utentes internos e externos, assim como na qualidade de informações transaccionadas pelos sistemas em uso.

Da análise feita à base de dados do sistema TIMS, constata-se que ainda persistem problemas sérios no que concerne à qualidade de informação, que se resume em erros de digitação e DU's pendentes. Importa referir que estes dados distorcem grandemente as estatísticas do comércio externo, dificultando desse modo a definição do quadro real das transacções realizadas entre Moçambique e o resto do mundo.

A acumulação de despachos pendentes por longos períodos no TIMS local continuou a ser o principal constrangimento, afectando a qualidade da informação estatística, não obstante a articulação constante com as áreas operacionais no sentido do seu melhoramento que incluiu acções de formação aos utilizadores dos sistemas e sensibilização dos Chefes de Terminais no sentido de realizarem o devido controlo.

3.7.1.4.4. Acções de Fortalecimento de segurança de Sistemas e Informação

O primeiro trabalho relacionado com esta área crítica da AT consistiu no levantamento e avaliação dos mecanismos de segurança de informação implementados até aqui na DGI e DGA, nomeadamente, nas áreas de:

- Segurança do ambiente tecnológico;
- Acesso aos sistemas aplicativos e servidores;
- *Backup* da informação e sua conservação.

Posteriormente, foram realizadas visitas de trabalho no âmbito da segurança da informação nos Terminais, DAF's, UGC's e Estâncias com o objectivo de identificar e analisar os riscos e vulnerabilidade existentes. Como passo seguinte foram uniformizados os critérios dos processos de *backup* nos principais sistemas, isto é, SICR, NUIT, TIMS e PHC.

Outro trabalho realizado foi o reforço da segurança física do equipamento nas salas de servidores no prédio 33 Andares e fonte Azul com a colocação de grades e novas fechaduras enquanto que no que tange a segurança lógica foram repostos gravadores (*tape drives*) nos servidores ou substituídos com a função de activação automática dos processos de backup da informação.

3.7.1.4.5. Desenvolvimento Tecnológico da AT

No âmbito das acções voltadas para o desenvolvimento tecnológico da AT recomendadas pelo PDTI, equipas da AT participaram activamente na concepção do documento do projecto da Rede de Cobrança e respectivos termos de referência. Presentemente, os grupos criados para a implementação do sistema E-tributação encontram-se a trabalhar nas especificações de fluxos de processos, mecanismos de segurança, requisitos e necessidades de hardware indispensáveis.

Dentro das medidas recomendadas pelo diagnóstico aos sistemas informáticos e processos aduaneiros, continuou-se a trabalhar no aprimoramento do documento do projecto da Janela Única Electrónica esperando-se dar seguimento ao trabalho já iniciado no decurso de 2008, tendo em vista a sua efectiva implementação.

A nível de desenvolvimento de sistemas, a situação do trabalho realizado é a que a seguir se indicada:

- Fase de análise de requisitos :
 - Sistema de Gestão de Benefícios Fiscais
 - Sistema de gestão dos reembolsos do IVA e IR – devido à grande complexidade que o sistema apresenta, principalmente no que toca a configuração da interligação com os actuais sistemas em produção, está a avaliar-se a possibilidade de ser submetido à desenvolvimento externo.
 - Sistema de registo e alerta de aniversários dos funcionários da AT
 - Sistema de gestão e acompanhamento de contratos da AT com fornecedores de serviço
 - Sistema de gestão dos processos de fiscalização tributária na DGI
 - Sistema de gestão de processos levantados no sector da Anti-corrupção

- Fase de Programação/codificação:

- SEVEDE - Sistema de verificação das decisões (módulos complementares),
- SIGEX - Sistema de Controlo Documental (módulos complementares),
- SIJEF - Sistema de gestão e cobrança dos processos no juízo das execuções fiscais (módulos complementares) e
- Memorando electrónico (nova versão)

- Fase de Testes:

- SIGEX - foram solicitados novos requisitos funcionais fundamentais para a segurança do sistema e da informação pelo que o sistema teve que voltar completamente a equipa de desenvolvimento para ajustes.

- Fase de monitoramento (ambiente de produção):

- SEVEDE
- SIJEF
- Sistema de globalização da receita para a elaboração da Conta Geral do Estado - componente receita.

Importa salientar que de entre as actividades realizadas no ano de 2007 na área de tecnologias de informação e comunicação, inclui-se a participação nas seguintes:

- Projecto de Desenho e Implementação do Número Único do Cidadão e novo Bilhete de Identidade e Documento de Residência de Estrangeiros cuja fase piloto iniciou Dezembro de 2007 após aprovação do respectivo documento do projecto e cronograma de implementação pelo Conselho de Ministros;
- Projecto de Implementação do Gabinete de Inteligência Financeira em fase de instalação, apetrechamento e recrutamento de pessoal após aprovação da sua criação pela Assembleia da República;
- Assistência em matérias de tecnologias de informação a Direcção de Administração e Recursos Humanos e Gabinete do Ministro das Finanças com aproximadamente 100 utilizadoras incluindo manutenção de equipamentos e treinamento na sua utilização;

3.8. Área da Comunicação e Imagem

3.8.1. Acções no âmbito da Educação Fiscal e Aduaneira

Um dos desafios da Autoridade Tributária é a popularização do imposto com vista ao alargamento da base tributária para alcançar a redução do défice fiscal e, em consequência, o défice orçamental. Para alcançar estes objectivos, o Gabinete de Comunicação e Imagem é chamado a desempenhar um papel preponderante.

No ano de 2007, foram iniciados contactos com o Ministério da Educação e Cultura, que tinham como objectivo, a identificação de áreas de articulação e de intervenção para a introdução de um programa de Educação Fiscal e Aduaneira no ensino público.

3.8.2. Palestra de Educação Fiscal

Foram realizadas durante o ano de 2007, 28 palestras, sendo: 21 na região sul; 3 na região centro; e 4 na região norte. Elas foram dirigidas a estudantes, autoridades tradicionais, contribuintes e ao público em geral e tiveram como objectivo, não só a popularização do imposto, mas também dar a conhecer aos participantes a importância social e económica do pagamento do imposto.

Durante as palestras são distribuídos desdobráveis e afixados alguns cartazes cujo objectivo é a contínua divulgação sobre os impostos.

O GCIm realizou diferentes encontros com grupos teatrais e músicos com o objectivo de estes prepararem peças teatrais e musicais com mensagens sobre os impostos para uma melhor e rápida popularização do imposto.

3.8.3. Acções no âmbito da comunicação

No âmbito de Comunicação e Imagem, foi lançado o BOLETIM INFORMATIVO da Autoridade Tributária de Moçambique, que é uma edição quinzenal virada para o consumo interno. Boletim Informativo já vai na sua 15ª edição.

O gabinete tem lançado quinzenalmente através do Outlook o resumo quinzenal das principais notícias que circulam nos órgãos de comunicação social sobre a AT.

O GCIm lançou em Junho a edição 0 da REVISTA TRIBUTÁRIA, estando já em preparação a edição 1 que será lançada em Março de 2008.

3.8.4. Outras acções relevantes

No primeiro trimestre o gabinete realizou um encontro com os diferentes Órgãos de Comunicação Social e estiveram presentes representantes da Rádio Moçambique, STV, TVM, O País e Magazine Independente, com objectivo de estes colaborarem com AT na divulgação de mensagem sobre Educação Fiscal com vista a popularização do imposto. O gabinete produziu o manual de identidade da AT, que será aprovado pelo Conselho Directivo.

O GCIm tem sido solicitado a apoiar as direcções gerais elaborar comunicados de imprensa e avisos para os contribuintes em particular e o público em geral.

O gabinete tem feito cobertura a todas dos principais eventos, visitas e eventos do AT, tem ainda feito coberturas a seminários, palestras e workshops da AT bem como alguns eventos do Ministério das Finanças.

4. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2008.

Com vista a prosseguir os seus objectivos, a Autoridade Tributária perspectiva para o ano de 2008, a realização das acções constantes do **anexo 6**.

Chidenguele, Fevereiro de 2008